

NEM UM PALMO DE NOSSO TERRITÓRIO PARA BASES MILITARES ESTRANGEIRAS

VOZ OPERÁRIA

Nº 404 — RIO DE JANEIRO, 16 DE FEVEREIRO DE 1957

O XX Congresso e a Restauração Dos Princípios Leninistas

FAZ UM ANO, reunia-se em Moscou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Os acontecimentos que enchem esses doze meses transcorridos evidenciam, por si mesmos, o caráter marcante e renovador desta assembléia dos comunistas soviéticos, que tanto repercutiu e repercutirá ainda nos rumos do movimento operário e socialista de todo o mundo.

O XX Congresso do PCUS constituiu-se, antes de tudo, no ponto de partida da luta tenaz que ora se trava em todos os partidos comunistas, visando a acelerar o processo de correção dos erros que se desenvolveram à sombra do culto à personalidade, erros que, na maioria dos casos, significam brutais violações dos princípios do marxismo-leninismo. Ao lado de medidas de caráter interno, tomadas pelo partido e pelo governo soviéticos, destacam-se atos de caráter externo, como a Nota de 30 de outubro sobre as relações com os demais países socialistas, que já pôde dar frutos tão importantes como os decorrentes das negociações soviético-polonesas. A restauração dos princípios na atividade dos partidos comunistas, na vida política e social dos países que constroem o socialismo, nas relações dos partidos marxistas entre si e nas relações entre os Estados socialistas é uma das questões básicas do movimento operário internacional, posta corajosamente na ordem do dia pelo XX Congresso do PCUS.

BASEANDO-SE na teoria marxista, os comunistas soviéticos, em sua histórica reunião do ano passado, desenvolveram também os seus princípios à luz das profundas transformações que se operam na vida econômica, social e política de todos os países. Algumas teses novas, de excepcional importância foram formuladas diante do movimento comunista e operário. As teses sobre a possibilidade da coexistência pacífica entre regimes sociais diferentes, a possibilidade de serem impedidas as guerras, nas atuais condições do mundo; sobre os caminhos particulares e nacionais para se chegar ao socialismo, inclusive por via pacífica, sem guerra civil, e até mesmo através da ação parlamentar combinada com amplos movimentos organizados de massas; sobre a desagregação do sistema colonial do imperialismo e a possibilidade de os países que conquistam a independência política chegarem, também, à sua emancipação econômica, graças ao apoio e ajuda dos países socialistas — todas essas teses aprovadas pelo XX Congresso facilitam, a cada partido comunista, pesquisar de maneira nova e independente seu próprio caminho, combinando suas condições específicas com a solidariedade socialista internacional.

O **TRABALHO** teórico realizado pelo XX Congresso representa, neste sentido, uma contribuição inestimável à luta contra o sectarismo e contra o subjetivismo nas fileiras dos partidos comunistas, tanto mais valioso quando proveniente daquela organização que possui a mais rica experiência internacional na aplicação da teoria do marxismo-leninismo.

É não poderia deixar, evidentemente, de repercutir, como está repercutindo, no movimento comunista brasileiro. O mais alto esforço neste sentido, representa o Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB que procura abordar corajosamente as novas questões suscitadas, assegura a luta de opiniões dentro dos princípios partidários e encaminha, ao mesmo tempo, mediante uma plataforma de três pontos, o trabalho imediato que não pode nem deve sofrer solução de continuidade.

DE UM embate necessário e inevitável de opiniões somente poderá resultar o ulterior fortalecimento ideológico, político e orgânico do partido. «A luta de matizes — dizia Lênin — é, no Partido, inevitável e necessária, enquanto não leve à anarquia e à cisão, enquanto transcorra no limite aceito de comum acordo por todos os camaradas e membros do Partido». Em nosso caso concreto, «o limite aceito de comum acordo» são o Projeto de Resolução do Comitê Central e os princípios gerais aprovados pelo CC. e que constam na carta do camarada Prestes.

NO LIVRE debate, dentro dos princípios, o Partido Comunista do Brasil dará um salto qualitativo em sua atuação, levando nosso povo à vitória contra seus inimigos que buscam liquidar a democracia e assaltar nosso território, para dele fazer trampolim e alvo de uma guerra fadada ao fracasso, assim como acontece com os militaristas do Pentágono que visam a ocupar o nordeste brasileiro.

DEPOIS DE FERNANDO DE NORONHA, TODO O NORDESTE RECLAMADO PELOS IANQUES

Confirma-se, agora, plenamente, o que denunciávamos quando da cessão de Fernando de Noronha para a instalação, ali, de uma base norte-americana de teleguiados. Aquêlle foi, apenas, o primeiro passo para a ocupação em larga escala de toda a costa nordestina por soldados dos EE. UU., cujos governantes procuram transformar o território nacional em pára-choque e cobertura do território ianque em qualquer conflito internacional que desencadeiem.

Já agora, baseando-se no artigo 6º do acordo sobre Fernando de Noronha, o governo norte-americano reclama a instalação de novas bases militares no Nordeste brasileiro, que se estenderiam desde Alagoas até o Pará. Por todo o contorno nordestino os norte-americanos montariam instalações de "Loran" (tipo especial de radar), assim como serviços de telecomunicações com as suas bases avançadas na Europa ocidental e no Oriente Médio. O território brasileiro seria incluído, assim, num gigantesco dispositivo militar, tornando-se mesmo ponto de convergência dos serviços de telecomunicações das forças armadas norte-americanas nas mais distantes regiões. Isto envolveria inevitavelmente o nosso país em qualquer conflito desencadeado pelos Estados Unidos, fosse na Europa, na Ásia ou na África, sujeitando nosso território às represálias mais imediatas que qualquer antagonista tivesse de tomar para inutilizar o sis-

tema norte-americano de armas teleguiadas. Não por acaso o ministro do Exterior, Macedo Soares, confessou seria o Nordeste brasileiro o primeiro teatro de uma guerra atômica que se desencadearia nessas condições. Assim, os responsáveis por tais acordos expõem conscientemente a vida de nosso povo e o território nacional às ameaças de uma destruição maciça, ao mesmo tempo em que estimulam a política de retorno à guerra fria e de instigação de novos conflitos sangrentos, adotada pelo governo dos EE. UU.

E, em troca de que? Da promessa de financiamento de alguns planos governamentais, financiamentos que poderiam ser obtidos em melhores condições e sem subserviências de ordem política ou militar, se o atual governo tivesse seguido um caminho independente. Neste sentido, a Índia é um exemplo frisante. Recusando-se a participar de blocos militares, mantendo relações de amizade, à base do princípio da igualdade e do interesse mútuo, com todas as grandes potências, a Índia tem-se beneficiado com o financiamento de seus planos governamentais por todos os países que podem e querem concedê-lo em melhores condições.

A orientação seguida pelo governo Kubitschek no caso de Fernando de Noronha não atende aos interesses nacionais, não dá solução a nenhum dos nossos problemas.

Atenta frontalmente contra

Nota do Presidium do C.C. do PCB

SÔBRE A CESSÃO DE F. DE NORONHA (Na 3ª Página)

BOLETIM DE DEBATE

ARTIGOS DE:

★ Narceu Almeida: «As Elucubrações do Camarada Facó»

★ Ernesto Luis Maia: «Verdade Inteira» ou «Ciência Fantástica»?



HA UM ANO realizava-se em Moscou, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o mais importante Congresso do Partido depois da morte de V. I. Lênin. NA FOTO: representantes dos partidos comunistas estrangeiros presentes ao Congresso, junto a dirigentes do PCUS. Em primeiro plano Doloris Ibarruri, Molotov, Jacques Duclos, Malenkov. (Reportagem na Página Central).

Reflete-se na VI Sessão do Soviet Supremo o Espírito Novo do XX Congresso do PCUS

APROVADO O PLANO ECONÔMICO PARA 1957 — MAIOR AUTONOMIA AS REPÚBLICAS FEDERADAS — CRITICAM OS DEPUTADOS OS ASPECTOS NEGATIVOS DO TRABALHO GOVERNAMENTAL E INTRODUZEM MODIFICAÇÕES NOS PROJETOS APRESENTADOS PELO GOVERNO

No dia 5 do corrente abriu-se em Moscou a VI sessão do Soviet Supremo da União Soviética. As importantes decisões do XX Congresso do PCUS sobre o restabelecimento da legalidade soviética e a ampliação da vida democrática já se refletiram, de maneira evidente, nos trabalhos desta sessão do Soviet Supremo. A intervenção crítica dos deputados na apreciação dos relatórios e das diversas propostas governamentais foi muito mais extensa e franca do que nas reuniões anteriores. Assim é que, por proposta dos deputados, várias proposições governamentais sofreram modificações, ao mesmo tempo em que eram submetidos a críticas enérgicas vários órgãos da administração soviética.

Por sua vez, os trabalhos do Soviet Supremo abrangeram os mais diversos aspectos — desde a análise da política exterior do governo até o estudo, em detalhe, de problemas econômicos, jurídicos e sociais.

O Soviet Supremo debateu e aprovou, com algumas modificações, o plano para o desenvolvimento da economia nacional durante o ano de 1957. Neste plano se prevê:

— O aumento global da produção industrial será de 7,1 por cento em relação ao ano passado. A indústria pesada aumentará sua produção de 7,8 por cento e a de bens de consumo de 5,9 por cento. Este ritmo será inferior ao do ano passado, que foi de 11 por cento. De-

cidu-se esta redução tendo em vista a necessidade de concentração de recursos e mão de obra, algumas vezes dispersados com a execução de obras suntuosas que não apresentavam uma rentabilidade mais ou menos imediata.

— A renda nacional aumentará de 8 por cento. O rendimento deverá aumentar de 5,4 por cento na indústria e de 8,5 por cento na construção. O preço de custo industrial será reduzido de 2,8 por cento.

— Neste ano, haverá um aumento de 1 milhão e 700 mil empregos na indústria e na administração.

— Em 1957, a União Soviética produzirá 221,2 bilhões quilowatts-hora de energia elétrica e 3.600.000 de toneladas de cimento. A produção de carvão passará de 429 milhões a 446,2 milhões.

— As inversões estatais no terreno econômico ascenderão a 195 bilhões de rublos.

— O volume dos negócios do comércio a varejo deverá ascender a 597 bilhões de rublos, o que representará um aumento de 57 bilhões em relação ao ano passado.

Em 1957 a área de habitações construída será de 46 milhões de metros quadrados, o que representa um aumento de 10 milhões em relação ao ano passado.

Durante a sessão do Soviet Supremo foram feitas vivas críticas à deficiência de habitação nos grandes centros urbanos, julgando muitos deputados ainda insuficientes as verbas destinadas pelo governo para a edificação de residências. Em consequência houve um aumento nas verbas inicialmente destinadas, no plano econômico, para tal fim.

Em 1957, os abonos sociais elevar-se-ão, em seu conjunto, a 192 bilhões de rublos, representando uma elevação sensível em relação aos anos anteriores.

A VI sessão do Soviet Supremo decidiu, ainda, conceder muito maior autonomia aos governos das diversas repúblicas soviéticas. Assim é que, doravante, elas traçarão, de acordo com as linhas gerais do plano nacional, seus próprios planos econômicos e financeiros de desenvolvimento.

As repúblicas federadas terão inteira autonomia na organização de seus tribunais, assim como de seus códigos penal, criminal e de processo.

Assim, começa-se a pôr concretamente em prática o princípio de descentralização aprovado pelo XX Congresso do PCUS como um dos meios de restabelecer plenamente a legalidade soviética e de lutar contra a burocratização.

Na VI sessão do Soviet Supremo, pela primeira vez depois de muitos anos, foram ouvidas vivas críticas às de-

ficiências do trabalho governamental em vários setores.

O primeiro secretário do PC do Kazakstão, Yakovlev, por exemplo, criticou incisivamente a Comissão de Planificação Corrente, dirigida por Pervukhin, e os ministros responsáveis pela agricultura e o aproveitamento de novas terras na Sibéria. afirmou que, embora as condições atuais de habitação nessa região já fossem muito deficientes, a Comissão resolvera cortar, inexplicavelmente, parte das verbas destinadas à construção de residências naquela área.

Kovrigina expôs a situação sanitária real do país, onde mostrou que, ao contrário do que se afirmara à época do culto à personalidade, a União Soviética está longe de haver eliminado algumas "doenças sociais", como a tuberculose. Ainda há, na URSS, um número relativamente alto de tuberculosos. O índice de pessoas afetadas ainda é maior que nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. O mesmo deputado criticou, como insuficientes, as verbas destinadas ao combate à tuberculose, conseqüente, assim, que estes fossem sensivelmente aumentadas.

Outros deputados mostraram que eram insuficientes as dotações para o fornecimento de remédios, gratuitamente, à população. Como não fosse possível um aumento, em escala necessária, das verbas destinadas a este fim, o Presidium do Soviet Supremo resolveu fossem adotadas me-

das imediatas para uma sensível rebaixa nos preços dos remédios.

No curso da VI sessão do Soviet Supremo um grupo de deputados, filiados ao movimento dos partidários da paz, apresentou a seguinte interpelação ao governo soviético: «A agravação da situação internacional e certas medidas tomadas no Ocidente para frearem o desenvolvimento das relações culturais entre o leste e o Oeste, suscitam uma inquietação justificada, tanto na URSS como no estrangeiro. A esse propósito, perguntamos ao governo o que pretende fazer para manter e desenvolver essas relações e se está de acordo em colaborar com a Academia de Ciências, com o ensino superior e com as uniões dos escritores, arquitetos, músicos, artistas, etc., da URSS, nos esforços que essas organizações desenvolvem para intensificar suas relações com as organizações culturais de todos os países, independentemente dos regimes políticos e sociais que neles estão em vigor».

Esta foi a primeira interpelação que já se fez ao governo no Soviet Supremo, desde que se instaurou na vida soviética o sistema do culto à personalidade.

Foram apontadas, ainda, deficiências quanto à produção da indústria de consumo, ao problema da habitação e outros. Tudo isto revela que a VI sessão do Soviet Supremo já reflete o vigoroso processo de democratização da vida soviética, processo que encontrou no XX Congresso do PCUS seu verdadeiro ponto de partida.

Nova Onda de Crimes da Ditadura Trujillo REPERCUTE AINDA O SEQUESTRO E O ASSASSINATO DO PROFESSOR JESUS GALINDEZ

A organização de solidariedade democrática "Fraternidade Dominicana", que tem sede na capital do México, denuncia nova onda de crimes que se desencadeou sobre o povo dominicano. A ditadura de Trujillo se desmanda em sangrenta repressão.

Assim, o cidadão norte-americano Gerald Lester Murphy, piloto da Companhia Dominicana de Aviação, foi assassinado a 3 de dezembro por haver inquirido o avião Octavio de La Mazza, também empregado dessa companhia, se era verdade haver ele levado ao território dominicano o cadáver do professor Jesus Galindez, sequestrado em Nova Iorque por agentes do governo Trujillo e cujo desaparecimento teve repercussão internacional. O cadáver de Murphy foi incinerado na Usina Incinerador de Lixo. Isto é no mesmo local onde se afirma instintivamente em São Domingos foi queimado o cadáver de Galindez. O governo norte-americano estaria interessado em conhecer — segundo a Associated Press — as condições em que desapareceu aquele subdito dos Estados Unidos.

O avião Octavio de La Mazza, citado acima, foi a pessoa encarregada de eliminar Murphy. Posteriormente foi encarcerado o que se atribuiu a uma manobra governamental para salvar as aparências. Mas no dia 7 de janeiro deste ano foi encontrado enforcado na cela da prisão em que se encontrava. Junto a ele apareceu uma suposta carta — que o governo se nega a publicar — dirigida à esposa de Mazza e explicando o motivo por que abandonava a vida. Tanto a carta como o "suicídio" são obra exclusiva do regime Trujillo, que, assim agindo, oferece à opinião pública

e ao governo norte-americano uma versão da morte de Murphy. Vale destacar que, de acordo com as circunstâncias criadas pela ditadura dominicana, o autor material do assassinato não pode ser interrogado.

Do mesmo modo Glória Vieira, companheira de andanças de Luiz Hernandez, sinistro personagem aculpado no sequestro de Galindez, foi assassinada por conhecer muitos segredos que comprometeriam o governo Trujillo. Soube-se posteriormente que Glória Vieira foi vítima de um "acidente", quando viajava de São Domingos, para Puerto Plata.

E por fim o doutor Estevez Cabrera, advogado, residente na cidade de Santiago, acusado de cumplicidade num "complot", foi assassinado no mês de dezembro depois de haver sido condenado a 30 anos de prisão num processo farsa celebrado em agosto do último ano.

Estas são as mais recentes façanhas da sanguinária tirania trujillista. Dezenas de cidadãos permanecem nas prisões, não há liberdade de imprensa, não há partidos nem organizações quaisquer que escapem ao controle absoluto da polícia. É imperioso, por isso que a voz da solidariedade dos povos americanos se levante condenando os crimes da ditadura de Trujillo, exigindo a libertação dos presos políticos e o respeito às liberdades humanas. Uma denúncia de tão graves fatos que se repetem periodicamente, na República Dominicana sob o

reino de Trujillo foi enviada à Comissão dos Direitos Humanos da ONU, assim como a numerosas organizações democráticas de diferentes países.



Crônica Internacional

O "Cinto de Castidade" Do Colonialismo Francês

O debate na Organização das Nações Unidas sobre a situação argelina pode ser considerado, antes de mais nada, como uma séria derrota do imperialismo e do colonialismo franceses. Há cerca de um ano, quando a questão foi introduzida na agenda, o governo de Paris retirou sua delegação da Assembleia, sob o falso argumento de que a Argélia é constitucionalmente território francês, igual ao europeu, e que, portanto, tratava-se de um assunto interno, fora da alçada de qualquer outro país. Agora, isso não foi possível: embora a delegação francesa continuasse a defender a mesma tese anterior, teve, na realidade, de aceitar a discussão. O "cinto de castidade" — como chamou irônica e corretamente o delegado do Irã ao falso arrazoado de Christian Pineau — não deu os resultados esperados. Foi impossível remover de sua posição anticolonialista o bloco africano, apoiado pelos países socialistas e alguns outros Estados, entre os quais a Grécia. A recusa da França de seguir as recomendações da Assembleia — por ela já anunciada — deixa a Argélia em situação política bastante precária, sobretudo depois do malogro espetacular que foi sua intervenção no Egito.

Como é de praxe, o representante do país colonizador, — no caso, a França — desenvolveu um longo arrazoado sobre as supostas benesses praticadas na Argélia. Mas, independente da réplica que lhe foi aplicada no plenário pelos delegados soviético, sírio, egípcio e outros, o senhor Pineau tinha um fato contundente a atrapalhar-lhe a dialética: o pano de fundo do debate na ONU era a greve geral decretada na Argélia por todas as organizações patrióticas, em protesto contra a opressão de seu país. É claro que os colonialistas poderão enumerar, com facilidade, cifras relacionadas com o aumento de número de escolas, hospitais, etc., desde que a dominação gaulesa precipitou-se sobre o Norte da África, há mais de 125 anos. Mas essa estatística estrábica e unilateral só pode iludir os que estão determinados a fazer-se iludir: pois o povo argelino pagou, decuplicadamente, tudo isso que hoje se enumera como "obra francesa" em seu território. E pagou-o, inclusive, ao preço de um contínuo jorro de sangue que, somente na última fase da luta nacional de libertação, custou para mais de 350 mil vidas.

Mentem senciermosamente as autoridades francesas quando se referem, por outro lado, a uma igualdade de direitos entre os cidadãos franceses da Argélia e os "cida-

dados" franceses argelinos. Tal não se dá, em face do sistema que impede o país de enviar, ao menos, uma forte delegação ao Parlamento; obriga as crianças árabes a terem aulas (em número escasso de escolas) em uma língua estrangeira e entrega à minoria francesa (1.200.000 habitantes para cerca de 9.000.000) a melhor e a maior parte das áreas cultiváveis.

Os métodos bestiais de repressão, o rapto de dirigentes argelinos, as acusações distorcidas a outros Estados, tudo isso foi louvado pelo sr. Christian Pineau, na infeliz tentativa de defender uma causa perdida. E não poderia olvidar, evidentemente, de recorrer a documentos falsificados por cortes e distorções, como já foi desmascarado pelo movimento nacional argelino.

O sr. Pineau pôs particular ênfase na tese de que a luta argelina visa à implantação de uma "República Popular" "no estilo soviético", e de que a alternativa, para o "Ocidente", é defender a integração argelina na França, ou deixá-la cair sob a influência direta da URSS. Nada mais falso: o programa do Movimento Nacional Argelino e da Frente Nacional de Libertação, que são apoiados pelo Partido Comunista da Argélia, não visam, de nenhum modo, ao estabelecimento do socialismo, mas à formação de uma república independente e democrática, que estabelecerá com a França laços especiais de cooperação amistosa e reconhecerá à minoria francesa da Argélia, direitos iguais aos da maioria árabe, na base de um estatuto especial. Por outro lado, o exemplo dos demais países desmente flagrantemente as previsões imaginosas do sr. Pineau: nem o Egito, nem o Marrocos, nem a Síria, nem qualquer outro país muçulmano que tenha logrado, nos últimos anos, quebrar os vínculos coloniais passou para um regime socialista, até porque isso seria impossível na situação atual.

A verdadeira alternativa para a questão argelina não é a apresentada pelo delegado Pineau; ela pode ser equacionada, em seus termos gerais, como sendo a de uma solução marroquina (mediante negociações) ou vietnamita (pela vitória em uma guerra civil). A experiência do pós-guerra demonstra que a primeira é a que o bom-senso dita aos colonialistas franceses se, em lugar de algumas posições, não desejarem acarretar com prejuízos mais sérios, inclusive para seus parceiros norte-americanos. Quanto ao povo argelino demonstra dia a dia sua capacidade de vitória e recebe a solidariedade democrática.

Nenhum Soldado Norte-Americano em Nosso Território — Nenhuma Base Militar Estrangeira em Nosso Solo!

Recebemos com pedido de publicação o seguinte documento:

O ato do governo do Sr. Juscelino Kubitschek, permitindo a ocupação da ilha de Fernando de Noronha por soldados norte-americanos e tornando-a base de uma potência estrangeira, constitui brutal violação da soberania nacional e grave ameaça para o povo brasileiro. A maioria da nação repele este ato antipatriótico do governo. As manobras e subterfúgios do Itamarati não podem encobrir o fato concreto da cessão de parte do território nacional aos militaristas yanques, que realizam uma política expansionista, agressiva e colonizadora, em oposição direta aos interesses de nosso povo.

O governo do Sr. Juscelino Kubitschek assumiu a grave responsabilidade de colocar parte do território brasileiro sob o controle norte-americano em pleno período de paz, violando a Constituição que não permite ao Presidente da República ato semelhante nem mesmo em caso de guerra. Desrespeita ainda a Constituição, que proíbe expressamente a participação do Brasil em guerras de agressão. O acordo sobre Fernando de Noronha ameaça envolver o país numa aventura guerreira contra a União Soviética e demais nações amantes da paz, em benefício dos monopólios norte-americanos, aventura na qual seria derramado o sangue de nosso povo e que acarretaria incalculáveis danos à nação.

Nota do Presidium do CC do PCB sobre a entrega de Fernando de Noronha

Os monopólios yanques, que querem apoderar-se de nosso petróleo, acelerar a pilhagem de nossas riquezas e tornar ainda maior a dependência econômica e política do Brasil, passam a dispor em nosso território de forças armadas para a defesa de seus interesses. Prepararam-se, assim, para tentar esmagar o movimento patriótico e democrático que se desenvolve em nosso país.

Para realizar o acordo sobre Fernando de Noronha, o Sr. Juscelino Kubitschek coloca-se em oposição direta às amplas forças populares que o elegeram e garantiram sua posse. Para realizar os compromissos que assumiu como candidato, o Sr. Kubitschek dispunha do necessário e indispensável apoio popular. Fugindo, entretanto, ao dever de realizar uma política de paz, de entendimento com todos os povos, de defesa da soberania nacional e das riquezas do país, o Sr. Kubitschek trai os patriotas que nele votaram.

O governo envereda, assim, por uma política francamente antinacional e antipopular de preparação para a guerra. O atrelamento de nosso país ao carro de guerra norte-ame-

ricano trará, de imediato, com o inevitável aumento das despesas militares e improdutivas, séria agravamento do custo de vida e maiores dificuldades ainda para todos os que vivem de salários ou rendimentos fixos.

COM esta política, o governo passa à repressão aberta do movimento patriótico e democrático. As medidas repressivas anteriormente tomadas contra a Liga da Emancipação Nacional e outras organizações patrióticas e populares, seguem-se agora novos decretos de fechamento de organizações, como a Federação de Mulheres do Brasil, a Associação Feminina do Distrito Federal, a União dos Favelados do Distrito Federal, e ameaças claras contra a imprensa do povo.

A política do Sr. Juscelino Kubitschek de ceder à pressão dos círculos governantes dos Estados Unidos está fadada a completo fracasso e é condenada pela maioria da nação. O povo não assistirá de braços cruzados à realização de uma política contrária aos interesses nacionais. O povo brasileiro obrigou em 1946 os soldados americanos a se retirarem de nossas bases militares; evitou a entrega de nosso petróleo à Standard Oil; impediu que a juventude brasileira participasse da guerra na Coreia; exigiu e conseguiu a denúncia do tratado sobre minerais radioativos com os Estados Unidos. Também agora nosso povo saberá resistir e derrotar a política antipatriótica e antipopular do governo. Unidos, todos os patriotas e democratas poderão anular o acordo firmado pelo Sr. Macedo Soares em nome do governo.

O ato do Sr. Juscelino Kubitschek feriu profundamente o sentimento patriótico de nosso povo. Amplos setores da população vêm manifestando de diferentes formas seu repúdio à cessão de Fernando de Noronha aos militaristas yanques. Esta luta prosseguirá com redobrado vigor à medida que o povo for-se esclarecendo do caráter e das consequências do acordo firmado pelo governo. A ação unida de todos os patriotas é tanto mais necessária quando os imperialistas norte-americanos, estimulados pela capitulação do governo brasileiro no caso de Fernando de Noronha, já exigem novas bases militares no Norte e Nordeste do país.

Ao mesmo tempo que se intensifica a luta pela anulação do acordo sobre Fernando de Noronha, é indispensável lutar contra a repressão policial ao movimento democrático e patriótico e contra a crescente carestia da vida. Defender as liberdades e os direitos democráticos consagrados na Constituição é parte integrante da luta patriótica contra a entrega do solo brasileiro ao opressor norte-americano.

NENHUM patriota pode deixar-se enganar pela chantagem da "guerra à vista", em nome da qual o governo vendeu Fernando de Noronha e os reacionários buscam dividir os brasileiros. As forças partidárias da paz no mundo inteiro, com a União Soviética à frente, são hoje bastante poderosas para impedir o desencadeamento de uma nova guerra. E, se por desgraça a guerra irrompesse, tais forças são suficientemente fortes para obrigar os agressores a baterem em retirada, como comprovaram os recentes acontecimentos no Oriente Próximo. Com a agressão ao Egito quem caiu não foi o Presidente Nasser, mas o chefe do governo britânico Anthony Eden.

NESTA hora grave para os destinos do Brasil, torna-se necessário que todas as forças sadias da nação se mobilizem em defesa da paz e da soberania nacional. Através de mensagens, de comícios, de demonstrações e outras formas de luta, exigimos todos do Congresso Nacional a anulação do ato do governo que cedeu Fernando de Noronha aos militaristas yanques. O povo espera que seus representantes no Parlamento cumpram o seu dever. O Congresso Nacional, com o apoio popular, pode impedir a venda do território brasileiro e salvaguardar a soberania da nação. Este é o caminho que já tomaram inúmeros parlamentares de diferentes partidos e que serve de exemplo aos congressistas que desejam manter-se fiéis ao povo.

UNAMO-NOS com todos os patriotas. Lutemos ombro a ombro com o Partido Socialista Brasileiro que patrioticamente já se manifestou contra a entrega de Fernando de Noronha. Dirijamo-nos aos militantes e às organizações do Partido Trabalhista Brasileiro que não podem, neste momento da vida nacional, esquecer o conteúdo antiimperialista da Carta-Testamento do Sr. Getúlio Vargas. Com o mesmo propósito, dirijamo-nos aos líderes e adeptos de todos os partidos e correntes de opinião e a todos os cidadãos que amam sua Pátria e desejam a paz.

NENHUM soldado norte-americano em nosso território — nenhuma base militar estrangeira em nosso solo — o que exige a defesa da soberania nacional e da paz, é o que reclamam os interesses supremos de nosso povo. Que de toda parte — das fábricas e fazendas, dos bairros, das Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais, das associações e clubes, das escolas, do lar de cada patriota — ergam-se protestos e manifestações contra a entrega de Fernando de Noronha.

SEJAMOS dignos das gloriosas tradições de nosso povo, tantas vezes demonstradas nas manifestações dos trabalhadores, dos estudantes, das mulheres, da juventude e das forças armadas.

O PRESIDIO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

Rio, fevereiro, 1957.

OBJETIVOS DAS BASES IANQUES NO BRASIL:

AFASTAR A GUERRA DO TERRITÓRIO DOS EE.UU. E DESVIÁ-LA PARA NOSSAS COSTAS

A orientação da política externa brasileira que, com a cessão de Fernando de Noronha aos norte-americanos teve novos desenvolvimentos, é questão palpitante que preocupa e já mobiliza os mais esclarecidos setores da opinião pública nacional. Já não conseguem os governantes fazer de nossas relações exteriores, sem protestos públicos, "um segredo de bastidores ou um privilégio de iniciados", segundo a incisiva denúncia do senador Lourival Fontes.

A crônica parlamentar da última semana, é um atestado eloquente desta afirmação. Da tribuna da Câmara e do Senado, e também pela imprensa vozes pertencentes a diferentes partidos — como o PTB, o PSD, a UDN e o PSB — fizeram-se ouvir nitidamente contra a política de "segunda posição", anunciada pelo sr. Macedo Soares e concretizada no desastroso acordo para a instalação, em Fernando de Noronha, de uma base norte-americana de teleguiados.

A respeito, merecem destaque os pronunciamentos últimos dos deputados Dagoberto Sales (PSD), Gabriel Passos (UDN), dos senadores Domingos Velasco (PSB), Lourival Fontes (PTB) e Juracl Magalhães (UDN).

Em entrevista a um matutino carioca, o sr. Lourival Fontes apontou toda a significação do acordo recém-firmado sobre Fernando de Noronha.

Mostrou irrefutavelmente o senador sergipano que o acordo dependia, como dependia, de aprovação do Congresso, sendo, portanto, inconstitucional. «Os tratados e convenções — afirma — nunca prescindecem da aprovação parlamentar. Presidem-na, substituindo por um convênio executivo, entendimentos de comércio e relações entre dois países».

«A nossa tradição — acrescenta o sr. Lourival Fontes — a nossa linha invariável, a nossa constância internacional é a de não nos empenharmos em guerra ou aventuras de conquista e expansão. Temos um só compromisso que é con-

PARLAMENTARES DE DIVERSOS PARTIDOS DENUNCIAM O CARÁTER INDEFENSÁVEL DO ACÓRDO SOBRE FERNANDO DE NORONHA — POR UMA POLÍTICA EXTERIOR DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL E DEFESA ATIVA DA PAZ

tinental. Quando uma das nações do Hemisfério for atacada, as demais, inclusive o Brasil, correrão em sua ajuda. E' esta uma ação automática, é este um pacto defensivo. Mas agora, com a nova concessão, nós mesmos assumimos uma atitude agressiva e iremos fatalmente responder pelas consequências.

«Não se trata, na base de Fernando de Noronha, de um centro de observações ou de pesquisas, experimentais sobre o itinerário dos projéteis teleguiados. Trata-se, e ninguém pode ter dúvida, de uma base de lançamento. Fernando de Noronha é uma instalação piloto e sobre o Nordeste serão em breve espalhados centros de transmissão e detenção. É um aparelho de guerra e quem o concede não pode arguir neutralidade ou não-beligerância. É alternativa dos EE.UU. para afugentar a guerra ou se cobrir da guerra no seu território. É uma maneira de tirar a guerra das suas costas e lançá-la sobre os ombros dos outros. O Nordeste passou a ser, desde o dia da concessão, um teatro de operações militares, talvez o mais decisivo do futuro conflito».

O PROTESTO DO DEPUTADO DAGOBERTO SALES

No mesmo sentido falou o deputado Dagoberto Sales na Câmara federal, com apoio, entre outros, do deputado Gabriel Passos.

O representante paulista denunciou a entrega de Fernando de Noronha como decisão das mais graves e perigosas, adotada pelo Executivo, à revelia do Legislativo e em meio a um completo desconhecimento, pelo povo, do que se tramou neste

ato que compromete, de uma só vez, a segurança e a autonomia brasileira.

O deputado Dagoberto Sales mostrou o verdadeiro objetivo norte-americano ao solicitar Fernando de Noronha (e agora outras partes de nosso território) para instalação de bases militares. A preocupação dos Estados Unidos, numa guerra moderna, é a de defender-se na periferia, longe do território metropolitano. Desejam os americanos travar combate em áreas cuja definição exata só nos pode ser fornecida pelo vocábulo inglês «expendable», que significa coisa que pode ser gasta sem acarretar prejuízos sérios. Desgraçadamente, compreende-se que uma dessas áreas é o Brasil.

O sr. Dagoberto Sales finalizou afirmando: «Nego a quem quer que seja o direito de nos arrastar ao conflito, principalmente a um conflito que seria a nossa destruição certa».

O EXEMPLO DA ÍNDIA

Sem tratar do problema de Fernando de Noronha, mas focalizando diretrizes de nossa política exterior, em geral, o sr. Juracl Magalhães pronunciou no Senado um discurso cuja orientação se enquadra no mesmo pensamento defendido pelos sr. Lourival Fontes e Dagoberto Sales: o Brasil deve seguir uma política de independência nacional e de ativa defesa da paz. A propósito, referiu-se elogiosamente ao exemplo da Índia: «A terceira posição adotada pela Índia, na atual conjuntura internacional — afirmou o senador udenista — é sincera e útil às relações dos dois mundos, em conflito e à causa da paz». Ao mesmo tempo, mostrou que «Mao Tse-tung é o verdadeiro repre-

sentante do povo chinês, o chefe de uma China unificada e forte», sendo por isso, um absurdo negar que seu governo represente a China na O.N.U.

No mesmo sentido foi o discurso há pouco pronunciado pelo senador Domingos Velasco, de regresso de uma demorada visita à República Popular Chinesa.

NOSSO INTERESSE FUNDAMENTAL É A PAZ

Estes pronunciamentos de próceres de tão diversas correntes partidárias indicam, com suficiente força, como o governo do sr. Kubitschek distancia-se cada vez mais dos sentimentos e dos interesses vitais do povo brasileiro, ao capitular às exigências norte-americanas para atrelar o Brasil ao carro de guerra do Pentágono.

O povo brasileiro não deseja guerra e, particularmente, guerras agressivas e coloniais; seu interesse fundamental é a paz, necessária ao nosso desenvolvimento independente e ao progresso nacional. Por isso repele a participação em qualquer tipo de blocos militares, os quais, em lugar de preservarem a paz, estimulam a corrida armamentista, cujo desfecho final, se não for paralisada, pode ser a guerra.

O povo brasileiro deseja consolidar a independência nacional, livre de quaisquer servidões de ordem econômica, política ou militar. Por isso é que reclama uma posição independente diante de qualquer bloco de Estados, posição que permitirá ao nosso país manter relações amistosas, à base do princípio de igualdade e reciprocidade, com todos os países do mundo, sem discriminações de ordem ideológica.

As tentativas dos setores entreguistas do governo do sr. Kubitschek, e do próprio presidente da República, de enquadrar o Brasil, numa posição de vassalagem, na órbita dos Estados Unidos, não pode nem deve ser tolerada.

A Situação Política Atual E a Posição do P.C. Português

ALGUNS ASPECTOS DE UM RECENTE DOCUMENTO PUBLICADO PELO COMITÊ CENTRAL DO P. C. PORTUGUÊS

O COMITÊ CENTRAL DO P. C. P. fez publicar sob o título de «A Situação Política Atual e a Posição do Partido Comunista Português» um longo e fundamentado documento em que analisa a evolução dos acontecimentos políticos no país irmão e no mundo em geral. Na página de rosto desse documento vêm citados os primeiros quartetos de um genial soneto de Camões, os quais não podemos nos furtar à citação:

«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.»

A epígrafe camoneana parece-nos servir como um lema ao conteúdo da análise das camaradas portuguesas sobre o que se passa e o que se reflete em sua terra e sobre o caminho que deve ser adotado para a solução do problema político português. Diz inicialmente o documento em apreço:

«O Comitê Central do Partido Comunista Português, ao analisar a evolução da situação nacional e internacional e a crescente desagregação que se opera nas fileiras salazaristas, concluiu que é possível encontrar-se uma solução democrática e pacífica para o problema político nacional, que é possível expulsar do Poder o governo de Salazar sem guerra civil e sem violências.

Hoje há uma linha que separa a nação portuguesa da camarilha salazarista. A união de todos os partidos e correntes antisalazaristas terá forças bastantes para operar uma mudança de governo, para restituir ao povo as liberdades democráticas.

O primeiro e decisivo passo para uma política de reconciliação nacional e para a solução pacífica do problema português está na formação imediata duma vasta frente eleitoral antisalazarista que tenha por objetivo a participação em bloco da oposição salazarista nos próximos atos eleitorais.

O CAMINHO PARA EXPULSAR SALAZAR

O Comitê Central do Partido Comunista Português está convencido de que a participação unida de todas as forças anti-salazaristas nas eleições para deputados, para a presidência da República e juntas de Freguesia, abre o caminho para expulsar do poder o governo de Salazar, pois que torna possível êxito importantes da oposição anti-salazarista nessas eleições, enfraquece o governo e abre largas perspectivas a outras lutas de libertação para todo o nosso povo.

Fazendo um histórico das lutas do povo português a partir do golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que levou Salazar ao poder, conclui o C. C. do P. C. P. que isto só foi possível porque «a classe operária portuguesa se encontrava então profundamente dividida numa luta de ideologias — entre comunistas, anarquistas e socialistas — e porque não existia, por consequência, nessa época, um partido operário forte».

Apontando, de um lado, a divisão dos partidos democráticos e seu progressivo isolamento das massas, que imperou nessa época, e, de outro, a violência repressão política levada a cabo por

de princípio, dar provas da necessária paciência e maleabilidade para com os restantes setores anti-salazaristas e, assim, manter constantemente abertas as portas para uma mais nova e mais larga unidade».

Adiante, apreciando os sucessos que levaram à formação do M. N. D. (Movimento Nacional Democrático) e as lutas em torno da candidatura do professor Rui Luís Gomes à presidência da República, o documento conclui que o Partido esqueceu a unidade com as demais forças democráticas e viu nesse movimento a expressão acabada da unidade dos democratas. «O erro fundamental do Partido Comunista — está escrito com clareza — foi não ter compreendido consequentemente que o caminho que conduziu à unidade nem sempre é uma linha reta, que nela intervêm forças políticas e sociais instáveis, num



Alvaro Cunhal, Secretário do C.C. do P.C. Português, que ainda se encontra nas prisões de Salazar

conjunto em que o proletariado, com a sua vanguarda à cabeça, é a única força política estável e inteiramente coerente».

Por isso, outra deveria ter sido a posição assumida pelo Partido em face da conjuntura política: «Por cima das flutuações transitórias da unidade, o Partido Comunista deveria ter compreendido,

por consequência, que o salazarismo jamais poderá agrupar indefinidamente à sua volta interesses visceralmente antagonísticos ao seu regime de grandes financeiros e monopolistas e que, no futuro, as situações favoráveis à unidade se multiplicariam à medida que a crise interna do salazarismo acelerasse a desintegração nas suas próprias fileiras».

Prosseguindo na análise da situação política e económica do país, o documento demonstra como Salazar, no fim da segunda guerra mundial, vendo tremar a terra sob seus pés buscou apoio nas correntes imperialistas que lhe pareceram mais fortes e mais capazes de servirem à causa da reação internacional: os círculos governantes dos Estados Unidos.

Depois de situar uma série de fatos da conjuntura internacional que conduziram à possibilidade de evitar o desencadeamento de uma guerra pelos imperialistas escrevem os camaradas portugueses: «Em cada dia que passa se torna mais difícil a certos políticos reacionários, pró-americanos da França, da Itália, da Suécia, da Finlândia, da Dinamarca, do Brasil, da Inglaterra e de muitos outros países da Europa e das Américas calcarem a vontade dos seus povos para servir à reação imperialista americana, ela mesma também divorciada do povo americano».

«A política de paz e de coexistência pacífica — prossegue — não é somente defendida e praticada pelos países socialistas, mas também por países como a Índia, o Egito, a Indonésia a Birmânia, a Finlândia, a Suécia e outros. Tal política é um poderoso fator de paz no mundo e ganha terreno por toda a parte, choca-se com a política agressiva e provocadora de conflitos dos círculos dirigentes dos Estados Unidos».

Conclui o documento esta parte da sua análise, manifestando-se por uma posição neutralista para Portugal: «Essa política, neutral, de paz e de coexistência, é a que mais convém a Portugal. Uma política neutral, fora

de blocos militares, asseguraria ao nosso país uma política externa independente e assegurar-lhe-ia assim relações económicas e diplomáticas com todos os povos. Esta posição, que se harmoniza com a nossa situação económica e com as tradições pacíficas do nosso povo, implicaria a cessação da ruínoza política de guerra salazarista, a qual é um dos fatores da estagnação económica do país e põe em sérios riscos a vida pacífica do povo português».

A III parte de «A Situação Política Atual e a Posição do Partido Comunista Português» é um demorado estudo das atuais condições económicas e financeiras do país. Detem-se, especialmente, o documento nas difíceis condições de vida da classe operária e do povo, destacando-se os seguintes capítulos:

«Os pequenos e médios agricultores levantam-se contra a política de Salazar»;

«Os maiores valores da ciência, das letras e das artes estão contra Salazar»;

«O marasmo industrial do país e a ação asfixiante dos monopólios criam descontentamento entre os industriais e os artesãos»;

«O pequeno e o médio comércio agoniza e está contra a política económica de Salazar» e «A concentração da riqueza nas mãos de uma minoria».

SOLUÇÃO PACÍFICA PARA O PROBLEMA PORTUGUÊS

Ao afirmar que é possível uma saída pacífica para o problema político português, diz o documento que os comunistas querem pouçar ao povo português maiores sofrimentos. Parte a direção do P. C. português de que o fortalecimento da posição de Portugal no mundo só será possível através da pacificação e da reconciliação da família portuguesa. Diz textualmente: «Nós, comunistas, queremos acabar de vez com o ambiente de ódios e de guerra civil que o regime salazarista tem fomentado e

criado através de todo o país. Para alcançar estes objetivos patrióticos é preciso, é imprescindível, que se unam as forças e pessoas que desejem sinceramente essa política de reconciliação nacional».

Indicando que a unificação das forças democráticas abrirá o caminho para a unificação de todas as correntes anti-salazaristas e que o ponto de partida dessa unificação deve ser um bloco eleitoral que contribua para formar uma vasta frente nacional anti-salazarista, propõe o Comitê Central do Partido Comunista Português a todas as correntes e partidos um programa-mínimo para um acórdio eleitoral imediato, baseado nos seguintes pontos: a) — elevação do nível de vida do povo; b) — defesa da economia nacional, combate à política monopolista do governo; c) — política independente e de boas relações económicas e diplomáticas com todos os países; d) — restabelecimento das liberdades democráticas; e) — anistia política.

VII CONGRESSO DA LIGA DOS COMUNISTAS DA IUGOSLÁVIA



SEGUNDA informação da Agência Tansig, divulgada pela Agência chinesa sin-hua, o Comitê Central da Liga dos Comunistas da Iugoslávia decidiu realizar seu VII Congresso na cidade de Liubliana, em novembro. A sessão plenária foi presidida por Josip Broz Tito, secretário-geral da Liga.

O VII Congresso discutirá um informe político do Comitê Central e informes sobre organização e sobre o programa da Liga.

Um Comitê Preparatório do programa da Liga foi eleito, composto de 17 membros, entre os quais Tito, Kardelj — secretário do Secretariado da Liga —, Pijade, Bakaric, Vukmanovic e Salaj, membros do Comitê Executivo. A sessão também elegerá um Comitê de 11 membros para rever os Estatutos da Liga dos Comunistas.

Problemas referentes às relações da Liga com outros Partidos Comunistas foram considerados na sessão. As atividades do Comitê Executivo do Comitê Central foram aprovadas.

O VII Congresso da Liga será o terceiro após a guerra. O quinto e o sexto congressos foram realizados em 1948 e 1952.

NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL POLONESA

O Conselho de Ministros da Polónia aprovou o projeto de plano de 1957 para o desenvolvimento da economia nacional, em 31 de janeiro.

O projeto de plano será submetido à próxima sessão do Sejm Parlamento, polonês para discussão e aprovação.

O plano prevê um incremento de 4,2% na produção industrial total sobre 1956. Esta taxa de aumento é inferior à do último ano.

O plano estabelece que o investimento principal na indústria manteve um nível geral durante os 3 últimos anos. O investimento atrasou-se, entretanto, em um número de importante projetos de engenharia no último ano.

As matérias primas industriais serão fornecidas este ano não somente para satisfazer às necessidades do au-

mento da produção, mas deverão também assegurar estoques.

O novo plano tem mais possibilidade para superação que o do último ano (o plano do último ano foi superado em 2,7%).

O plano prevê 93 milhões de toneladas de carvão; ... 6,7% de aumento de ferro em lingotes sobre o último ano; 7,2% de aumento em aço e 7,1% de aumento em produtos de aço.

Em comparação com o último ano, a energia será aumentada em 11%; a construção de máquinas, em ... 6,3%; a indústria química, em 14,3% e a indústria de eletricidade em 5,6%.

Grande desenvolvimento é previsto para a mão de obra neste ano. A produção agrícola será elevada em 3,5%.

A renda nacional para este ano será aumentada em



4,7% sobre o último ano. Aumentos são previstos nos salários dos operários e empregados e na renda dos camponeses.

BOLETIM DE DEBATE

“Verdade Inteira” ou “Ciência Fantástica”?

ERNESTO LUIZ MAIA

A PÓS frequentar com bastante regularidade as colunas de nossa imprensa, o camarada Pedro Pomar delas afastou-se quase de todo. Parece que o longo debate de expor à claridade seus pontos de vista prejudicou-lhe, agora, a limpidez das idéias e até mesmo a compreensão do que deva ser um debate democrático e de princípios entre membros de um partido comunista.

O que ora apresenta o camarada Pomar em seu artigo «O XX Congresso e os nossos debates» está longe de honrar as responsabilidades que tem tido ele, já na elaboração, já na execução prática de nossa política. Não lhe poderemos negar razões, por exemplo, quando afirma as verdades comuns de que a reação procura deter o avanço do socialismo, buscando aproveitar-se dos erros e debilidades dos comunistas desse ou daquele partido, e de que a luta é travada em escala mundial. Tampouco recusar-lhe as afirmações de que os povos socialistas são solidários com as lutas pela paz, a independência nacional e a democracia de todos os países, de que o XX Congresso abriu novas perspectivas ou de que a ofensiva ideológica do inimigo também atinge o Brasil.

São afirmações corretas e de boa natureza e, se nos ativermos somente a elas, reduziremos o que deve ser vivo debate de idéias a um monótono chover no molhado. O necessário, sobretudo para um militante da categoria de Pedro Pomar, é um sério esforço para, na base desses e de outros conhecimentos, ajudar o Partido a ver melhor e a caminhar com mais firmeza. Malgrado as afirmações que se possam fazer em contrário, parece-me, entretanto, que o escrito que vamos tentar analisar está longe de contribuir para isso. Ausente de real senso auto-crítico, mal sistematizado e confuso, o artigo de Pomar contém afirmações que podem contribuir para lançar em muitos espíritos o germe da dúvida e da desconfiança entre os militantes, agindo, dessa maneira, em um sentido anti-unitário.

O Partido Comunista do Brasil — escreve Pedro Pomar — que é o combatente mais tenaz pelas liberdades, a paz e a independência de nossa Pátria, está sendo alvo da atividade divisionista dos inimigos do povo». A frase vaga fica a boiar no espaço. Entretanto o autor logo se encarrega de baixá-la à terra: «Mas eis que aparecem vozes dentro do próprio Partido, afirmando que o Partido cometeu erros e que, por isso, deve ser lançado ao monturo, como instrumento impréstatível e caduco. Outros falam que o Partido deve rever seus fundamentos ideológicos, seus princípios marxistas-leninistas e transformar-se num partido liberal-burguês».

Um filósofo inglês, bem reputado por Lenin, poderia classificar aqueles trechos

entre os exemplos da «ciência fantástica», a falsa ciência que vem da «vã imaginação». Pois essas vozes tão claras para o camarada Pomar não as ouviu o Partido, em sua maior parte, até agora. Elas não se traduziram, pelo menos, em palavras escritas que não as vimos na numerosa série de artigos até agora publicados. Se algum exemplo existe será inexpressivo e dissonante. O camarada Pomar interpreta afirmações alheias e, depois, investe contra suas próprias representações.

Admitamos, para fins de argumentação, que certos conceitos introduzidos no debate possam conter elementos de hostilidade aos fundamentos de nosso Partido. Nesse caso não seriam as advertências impressionistas do camarada Pomar a maneira de combatê-los. Cumprir-lhe, na emergência, dizer quais esses conceitos, onde e quando se apresentaram, porque são errôneos, por que devemos rejeitá-los. O contrário é atitude alarmista, que não constrói coisa alguma e introduz a maledicência, quando não se reduz à aventura quixotesca dos moinhos de vento.

II

A partir do sexto parágrafo, o articulista ensaia maior objetividade no tratamento dos assuntos que aborda. Mas, ainda aí, cremos revelar-se espantosamente atrasado em relação aos debates que se travam no seio do movimento socialista contemporâneo. Pomar reconhece a necessidade de o Partido analisar e corrigir os seus erros à luz do XX Congresso. Mas não percebeu, até agora, que o subjetivismo dogmático é a matriz dos nossos desacertos e dos de outras organizações e que, portanto, eles são da mesma espécie, embora apresentassem e apresentem inevitáveis variações de forma. Assim, por exemplo, se o dogmatismo, no PCUS, podia expressar-se na auto-satisfação, na suposição de sua infalibilidade e na pretendida ascendência sobre os demais partidos, no caso do PCB, esse mesmo dogmatismo levava à abdicação «da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador», pelo que chegamos a copiar «literalmente o PCUS em muitas formas de construção do Partido», segundo nos lembra o Projeto de Resolução do CC do PCB, com o qual o camarada Pomar parece estar parcialmente de acordo.

Nas condições criadas pelo sistema do culto, aplicávamos primariamente as teses individuais de Stálin e as indicações do PCUS, sem cogitar de sua validade genérica ou de sua viabilidade para nós. Se, para os crentes da Bíblia, o homem se fizera à imagem e semelhança de um deus, porque não haveríamos de forjar-nos «à imagem e semelhança» de outro deus.

Sabe-se que fomos bastante conseqüentes nesse caminho. De vez que Stálin fabricara uma tese sobre a necessidade de concentrar o golpe principal nas camadas intermediárias, nisso nos baseamos para elaborar nossa tática, dificultando a formação da frente única, de vez que Stálin negava à burguesia a capacidade de erguer a bandeira da independência nacional, repetimos como um eco suas palavras. De vez que Stálin caluniava Tito, rompiamos com os comunistas iugoslavos. Apesar de tudo isso, parece ao camarada Pomar que «as conseqüências desse culto não chegam aos extremos que lhe querem atribuir». Ninguém afirma que o sistema do culto é responsável por «tudo» (e ao dizer isso o camarada Pomar lança meras palavras ao vento) pois sabe-se que o culto à personalidade não caiu do céu por um descuido, e tem raízes históricas que vão sendo cada vez mais definidas. Mas o perigo está, antes de mais nada, em subestimarmos a significação daquela deformação antimaterialista que pôde levar, por exemplo, o camarada Pomar a atribuir «sobretudo» ao «genio do camarada Stálin» a vitória da URSS na guerra, dando-lhe preponderância sobre fatores tão importantes como o regime socialista, o Partido bolchevique, a vitalidade econômica soviética, a qualidade e heroísmo de suas forças armadas (ver: «Pedro Pomar — O generalíssimo Stálin, artífice da vitória sobre o fascismo», in «Problemas», n. 23, pág. 19).

III

Com essa visão deformada, o camarada Pomar pode afirmar ligeiramente que «o dogmatismo, especialmente nos últimos 5 anos adquirira grande força, sem que pudéssemos entender bem por que isso se dava». Não lhe ocorrerá, pelo menos, relacionar esse incremento com a exacerbação do culto staliniano, levado ao paroxismo a partir do 70.º aniversário daquele dirigente soviético? Não lhe ocorre que, como lembra o Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC. do PCUS, foi «sobretudo nos últimos anos da vida de Stálin» que se acentuaram «os traços negativos de seu caráter» que ele «acreditou-se infalível» (ver o «Testamento de Lênin», «Que é o Stalinismo», Edição Vitória, pg. 160), e que essa psoldo infalibilidade tinha, necessariamente, de arraigar ainda mais o dogmatismo num partido como o nosso, que o tinha como o maior gênio produzido pela humanidade em qualquer tempo?

Natural, portanto, que o camarada Pomar não tenha visto na oportunidade a imensa significação do XX Congresso do PCUS, segundo ele mesmo confessa. O pior é que, segundo tudo indica, ainda não aviu, As perspectivas abertas pela

reunião do partido soviético pareciam-lhe dizer respeito «principalmente» à luta pela paz. Mas, esse «principalmente» quase que poderia ser substituído, sem qualquer prejuízo para as idéias do autor, pela expressão «exclusivamente», no que diz respeito à orientação política. Assim, não há uma só palavra em seu trabalho sobre uma outra questão de princípio: a relativa à possibilidade de diversas formas de transição dos diferentes países para o socialismo, inclusive a possibilidade de transformações sociais radicais por via não insurrecional. Se abandonamos essa possibilidade, lançamos por terra a possibilidade de evitar as guerras em nossa época e de garantir a coexistência pacífica de dois sistemas pois, no mundo atual, a guerra civil em alguns Estados importantes e em áreas fundamentais, levaria, inevitavelmente, a guerras que poderiam transformar-se em conflito generalizado.

Mas isso não é só: o camarada Pomar é de opinião que o nosso Partido estabeleceria objetivo programático essencialmente justos que correspondem à atual etapa de desenvolvimento da sociedade brasileira? Ninguém desconhece que o problema fundamental a definir é o problema do poder e que nosso Programa padecerá precisamente do vício esquerdista de considerar o atual regime e o atual governo exclusivamente como a expressão do latifúndio e da burguesia submetidos ao imperialismo norte-americano, daí decorrendo a preconização de uma substituição violenta do atual regime por um outro de democracia popular. Não há, dentro do Programa, nenhuma alternativa para transições radicais por via não insurrecional. Quando o camarada Pomar se refere, com razão, a que «já deramos importantes passos na formulação de uma correta tática política», seu amor ao passado o impede de ver que precisamente esses «importantes passos» foram dados em evidente contradição com as teses básicas do

Programa e que nossa tática passou a chocar-se abertamente com o esquema estratégico.

Não nos é possível, numa contradição rápida e imediata ao artigo do camarada Pomar, esmiuçá-lo de todo. Queremos, entretanto, acrescentar algumas palavras a mais.

O articulista promete-nos uma «verdade inteira» sobre as causas do atraso na discussão, determinada pelo CC. Elas não estão, para ele, na falta espírito auto-crítico, porque o espírito auto-crítico, embora imprescindível nos comunistas, sobretudo nos dirigentes, nem sempre soluciona de modo correto e com rapidez problemas intrincados e que, por vezes, demandam tempo e serenidade». Eis aí a verdade inteira... que demonstra uma visão estreita e dogmática do que seja auto-crítica de um partido político. O camarada Pomar não compreende que a auto-crítica é a correção teórica e prática dos erros que se revelam no confronto diário de nossos conceitos com a realidade objetiva e que ela não pode ser feita por qualquer grupo selecionado de homens, mas pelo conjunto dos militantes, com auxílio das próprias massas. O espírito auto-crítico está precisamente nessa pesquisa permanente da realidade, nesse balanço diuturno de nossa atuação, para a generalização da experiência e a atuação prática. Exatamente por isso, se houvesse possuído o necessário espírito auto-crítico, o CC teria aberto prontamente a discussão, em lugar de pensar que, sozinho, ser-lhe-ia possível enfrentar os problemas de uma situação gravíssima. Ainda aqui vigorou o sistema do culto: o CC aguardava a delegação, a palavra de alguns dirigentes, as receitas que não vieram, nem poderiam vir de parte alguma.

Pelo visto, o camarada Pomar ainda acha que caberia esperar mais para iniciar os debates: «devíamos — afirma — fazê-lo sem pressa, tendo em conta a nossa ilegalidade». Oito meses de omissão lhe pareceram pouco... E, cabe

indagar, qual o golpe que sofrimos até hoje em função do debate? Quem deixou de levar em conta as nossas condições de ilegalidade como insinua o camarada Pomar?

Ao fim de tudo, devemos constatar que alguns companheiros responsáveis, como o camarada Pomar, estão em relação aos debates, como aqueles moços que namoram sem pretender casar. Esgrimem generalizações, conceitos abstratos, mas fogem ao exame dos erros cotidianos; falam em ideologia inimiga (que existe, sem a menor dúvida) mas não se dispõem a revelar onde está o nacionalismo burguês, onde está o liquidacionismo que tanto alardeiam, e, muito menos, em que se revela o sectarismo empírico que não querem largar.

Formalmente, apoiam o novo mas, de fato, mantêm o traço do outro lado da cerca para usarmos a imagem simples de Mao Tse Tung. Não cuidam de desenvolver e aprofundar os problemas em debate. Preferem a ironia rombada sobre «iluminados» e «do nos do novo, embora ninguém a não ser um núcleo bem caracterizado, tenha até hoje se arrogado o monopólio do saber no Partido».

Esperava o camarada Pomar, como revela, que algum publicista sistematizasse «algo coerente e parecido com o Projeto de Resolução do CC»? Mas, desde quando, no âmbito de um simples artigo individual, seria possível abordar e apresentar assuntos no mesmo estilo do Projeto de Resolução que tem seu principal mérito em ser crítico, democrático, corajoso e em ter sido produto de um trabalho coletivo? E quem poderia negar que o Projeto já é um produto do novo, o mesmo novo que o camarada Pomar ainda não compreendeu?

Sem querer solicitar do camarada Pomar «algo coerente e parecido com o Projeto de Resolução», como ele reclama dos outros, podemos exigir-lhe, ao menos, que exponha, de maneira aberta, o que insinua nas reentrâncias de um fraseado confuso. Pois se as visões fantasmas têm produzido bons argumentos literários, mostram-se estéréis ou risíveis, quando levadas por exercícios de magia para o domínio político.

Rio, 9 de fevereiro de 1957

As Personalidades Locais

RICARDO BAUER

«Relatório Secreto de Kruschiov».

Para tomarmos uma resolução que reflita as opiniões de todo o Partido, para que ela seja de todo o Partido, e para que, doravante, possamos dirigir com mais acerto, é preciso saber o que pensa o Partido, o que ele sente. Para isso devemos provocar seu pronunciamento, porque ao que me parece, essa discussão ainda não está em todas as cabeças.

No meu entender, um dos artigos que reflete o que se passa na cabeça de seu autor, é o do camarada Agildo Barata, «Pela Democratização do Partido», (I. P. 21-1), o qual com objetivo de acertar re-

vela, entre outras coisas, ser partidário do culto à personalidade e ter falso conceito sobre o Partido, do que nos ocuparemos em outro artigo.

—OO—

Deixemos Stálin descansando e vejamos um dos males do Partido: o culto à personalidade local e o conceito dessa personalidade sobre o Partido.

Sem querer entrar na questão de saber se foi o culto à personalidade que impediu a elevação do nível teórico, político e ideológico do Partido, ou se foi esse baixo nível que permitiu o surgimento do culto à personalidade, um fato é incon-

(Continua na 8ª pág.)

Um ano de Renovação

Há um ano realizava-se, em Moscou, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. O mais importante Congresso depois da morte de Lênin. Contribuição ao desenvolvimento criador do marxismo. As três questões de princípio do desenvolvimento internacional contemporâneo. A denúncia do sistema de erros e deformações ligadas ao culto à personalidade. Renovação e fortalecimento de todo o movimento comunista. A correção dos erros denunciados.

HA' UM ANO realizava-se, em Moscou, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Este ano decorrido mostrou que teve razão A. I. Mikolai ao considerar este o mais importante Congresso do PCUS, depois da morte de Lênin. Os comunistas soviéticos, neste conclave, fizeram uma análise profunda do desenvolvimento da situação internacional e generalizaram a experiência do movimento comunista, chegando à conclusão de importância histórica, abrindo caminhos novos e mais amplos ao florescimento do socialismo, ao fortalecimento da União Soviética, ao avanço da luta dos povos pela paz e à emancipação nacional e social. A coragem de

O informe de Nikita Sergueievich Kruschiov analisa as questões essenciais do desenvolvimento internacional contemporâneo, questões que determinam não só a marcha

núncia dos erros do PCUS e o esforço já realizado pela superação de suas consequências abriram ao partido soviético e a todo o movimento comunista um largo caminho de renovação, que vem sendo trilhado, com êxito, pelas vanguardas da classe operária em muitos países do mundo. O ímpeto de renovação do movimento comunista, pelo rompimento com o sistema de erros e deformações denunciadas no XX Congresso do PCUS, caracteriza o ano decorrido, indicando, por si só, a excepcional significação das conclusões da reunião dos comunistas soviéticos.

Atual dos acontecimentos, mas também as perspectivas futuras. Trata-se da coexistência pacífica, da possibilidade de evitar as guerras em nossa época e das formas de transição dos diversos países ao socialismo. Ao formular essas questões, o XX Congresso do PCUS abre novos caminhos ao movimento comunista mundial, inclusive aos partidos comunistas dos países capitalistas.

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA

A coexistência pacífica é, hoje, o único caminho para as relações normais entre os países. Um outro caminho seria o da guerra. Os sistemas socialistas e capitalistas não somente podem coexistir, como não necessitam da guerra para resolver as pendências internacionais, por maiores que sejam estas. O princípio da coexistência não só é a base da política internacional dos países socialistas, como é reconhecido e defendido por numerosos outros países, notadamente os países afro-asiáticos, que o aprovaram na Conferência de Bandung. Esse princípio é aceito pela maioria da opinião pública internacional como a melhor forma de relações entre os Estados de regimes sociais distintos. Os povos reclamam a adesão de todos os Estados aos princípios da coexistência pacífica. A luta por esse objetivo abre as mais amplas perspectivas de manutenção e fortalecimento da paz mundial.

Esta conclusão, baseada em uma análise profunda da situação internacional, impõe novas forças ao movimento mundial pela salvação da paz, dando-lhe uma perspectiva clara de vitória. determina novos rumos à atuação política das forças socialistas em todo o mundo.

OS CAMINHOS PARA O SOCIALISMO

Em relação com as mudanças radicais operadas no mundo, abrem-se novas perspectivas na transição dos diversos países ao socialismo. Isso se refere não somente à diversidade de formas de organização da sociedade

capitalista, como as possibilidades de uma transição pacífica, inclusive utilizando-se a via parlamentar. Esta conclusão teórica é a base da pesquisa em que se empenham, hoje, os diversos partidos comunistas, em busca do caminho nacional para o socialismo — pesquisa até então seriamente entravada, inclusive pelo dogmatismo com que se encarava a experiência soviética bem como a da revolução chinesa.

As teses elaboradas pelo CC do PCUS, para o XX Congresso do Partido, representam um desenvolvimento criador do marxismo e têm importância excepcional para o avanço do movimento comunista internacional.

A Correção dos Erros do Período de Stálin

UM DOS PONTOS altos do XX Congresso foi a denúncia dos erros e deformações ligadas ao culto à personalidade de Stálin. No informe do Comitê Central, apresentado à primeira sessão do Congresso, o primeiro secretário N. S. Kruschiov assinalou a distorção, que se verificara particularmente nos últimos vinte anos, das normas leninistas da vida partidária. Posteriormente assinalou-se, a respeito que a direção coletiva e a democracia interna foram substituídas pela direção pessoal de Stálin, estabelecendo-se um sistema de poder pessoal e arbitrário, baseado no culto à personalidade de Stálin. Este sistema acarretou graves consequências a toda a sociedade socialista soviética.

Foram ainda expostos fatos relacionados com a atuação de Stálin, particularmente nos últimos anos de sua vida, quando as violações à legalidade socialista, os processos contra eminentes líderes do Partido e outros cidadãos inocentes e a hipertrofia do aparelho repressivo — colocado nas mãos de Béria

e praticamente acima do Partido e do Estado — assumiram proporções enormes. Sob esse sistema proliferaram concepções estranhas ao marxismo-leninismo em relação ao problema nacional, que resultaram, nas condições da restrição à democracia socialista, em abusos contra certas minorias nacionais e em manifestações de antissemitismo. Por fim, ao lado de tudo isso, a direção pessoal de Stálin imprimiu a certos setores da economia nacional, particularmente da agricultura, e mesmo às artes, à pesquisa científica e a alguns ramos da atividade social rumos de desenvolvimento muitas vezes em desacordo com as exigências materiais e culturais da sociedade socialista, opondo, assim, entraves sérios ao ser-por-forever e levando-os à estagnação.

A denúncia desses fatos e a renúncia de um esforço corajoso no sentido da bus-

ca de suas causas, por parte da União Soviética, foram a base da adoção de medidas — desde, mesmo, o período seguinte à morte de Stálin — visando a correção dos erros e a superação de suas consequências. A adoção dessas medidas levaram a iniciativas de grande significação, como: 1) — o desbaratamento da camarilha de Béria, sua punição e o restabelecimento das normas legais no aparelho de segurança da URSS; 2) — a reabilitação de inúmeras vítimas do arbítrio do período de Stálin, muitas das quais foram condenadas à morte em processos — farsa; 3) — o início do estudo de reformas da legislação penal soviética, visando sua maior democratização; 4) — medidas visando a normalização do funcionamento dos soviets de todos os graus, que não vinham desempenhando regularmente seu papel; 5) — medidas visando certa descentralização do aparelho estatal. Estas medidas seguiram-se ao restabelecimento das normas leninistas da vida partidária, que possibilitou mais amplo exercício da democracia interna no Partido e o estreitamento dos laços destes com as massas populares, cuja participação na vida política e econômica da sociedade é, hoje, maior.



OS DELEGADOS ao XX Congresso do PCUS representavam todos os setores da atividade dos trabalhadores soviéticos. Colocados em fileiras, os delegados, provenientes de todos os cantos da URSS, reuniram-se, no Kremlin, para traçar a política do Partido. NA FOTO: aspecto do plenário do Congresso.

O Partido Comunista da União Soviética iniciou a correção com êxito, dos erros do período de Stálin, o que demonstra sua vitalidade e sua capacidade dirigente.

Sôpro Renovador Para os Partidos Comunistas

PARA o movimento comunista mundial, o XX Congresso do PCUS foi um sôpro renovador. Importantes contribuições foram dadas, pelas análises do Congresso à compreensão dos erros que em boa parte entravam a aplicação criadora do marxismo-leninismo. Particularmente no último período da vida de Stálin o espírito criador no estudo e na aplica-

ção do marxismo sofreu verdadeiro sufocamento ao péso do dogmatismo estreito e das concepções sectárias e errôneas que se haviam convertido em outros tantos dogmas, sob a influência nefasta do culto à personalidade. O XX Congresso do PCUS vibrou um golpe de moldor em todo esse sistema de deformações dogmáticas possibilitando um proveitoso debate em torno da atividade e das perspectivas dos movimentos comunistas nos diversos países — debate que tem evidenciado, de maneira brilhante, a justeza e a vitalidade da doutrina do proletariado.

Não é que não tenha havido resistência ora mais enérgica, ora mais sutil, a esse processo de corajosa análise e correção de erros, de reavaliação de posições, de busca de caminhos novos para a libertação de cada povo e a vitória do socialismo. Houve, até mesmo, sob o pretexto de defender o marxismo-leninismo e os partidos comunistas contra a pressão política e ideológica do inimigo imperialista, que de fato existe e não dorme. Mas o grande debate internacional que hoje se trava no seio do movimento operário e socialista demonstra que a força, muito mais poderosa, da verdade, impõe-se vigorosamente.

IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES

Nesse debate, coube a numerosos partidos comunistas dar contribuições de grande significação. Entre estes partidos figura o Partido Comunista Chinês, que realizou seu VIII Congresso em outubro. Não somente

renovou-se e se fortaleceu, mas em pronúncias através de seu órgão central, o Partido Comunista Chinês contribuiu para a discussão de importantes questões como o papel das massas na história, o centralismo democrático, a democracia interna no Partido, a luta contra a burocratização do aparelho partidário e estatal, as próprias raízes históricas e sociais dos erros ligados ao culto à personalidade, a luta pela unidade do campo socialista. Também realizaram congressos os partidos comunistas da França e da Itália. O Partido Comunista Italiano realizou uma discussão profunda, à base de documentos de seu secretário geral, Palmiro Togliatti, e de seu Comitê Central, das conclusões do XX Congresso do PCUS e do caminho italiano para o socialismo. A discussão no PCI alcançou grande repercussão em todo o movimento comunista, ajudando o debate de importantes questões no seio deste.

O Partido Operário Unificado Polonês enfrentou, em condições difíceis, a discussão e a correção dos erros dos quais haviam resultado graves consequências para a construção do socialismo no país. A democracia interna no Partido foi restabelecida. Foram normalizadas as relações com a União Soviética. O Partido e o Estado enfrentaram e levam a cabo a luta sem quartel contra a praga burocrática, libertando as energias criadoras das massas. Os erros na direção da economia estão sendo corrigidos. O Partido, sob a direção de Gomulka — eleito seu primeiro secretário no histórico VIII Plenário do CC

— renovou-se e se fortaleceu, mas em pronúncias através de seu órgão central, o Partido Comunista Chinês contribuiu para a discussão de importantes questões como o papel das massas na história, o centralismo democrático, a democracia interna no Partido, a luta contra a burocratização do aparelho partidário e estatal, as próprias raízes históricas e sociais dos erros ligados ao culto à personalidade, a luta pela unidade do campo socialista. Também realizaram congressos os partidos comunistas da França e da Itália. O Partido Comunista Italiano realizou uma discussão profunda, à base de documentos de seu secretário geral, Palmiro Togliatti, e de seu Comitê Central, das conclusões do XX Congresso do PCUS e do caminho italiano para o socialismo. A discussão no PCI alcançou grande repercussão em todo o movimento comunista, ajudando o debate de importantes questões no seio deste.

Importante e o atribuído aos debates vêem dando, também, os comunistas iugoslavos. A Liga dos Comunistas da Iugoslávia realizou, este ano, seu Congresso. Na maioria dos partidos comunistas — inclusive no Partido Comunista do Brasil — prossegue a discussão dos temas decorrentes das análises e revelações do Congresso dos comunistas soviéticos.

Importante e o atribuído aos debates vêem dando, também, os comunistas iugoslavos. A Liga dos Comunistas da Iugoslávia realizou, este ano, seu Congresso. Na maioria dos partidos comunistas — inclusive no Partido Comunista do Brasil — prossegue a discussão dos temas decorrentes das análises e revelações do Congresso dos comunistas soviéticos.

FORTEALECIMENTO DOS PARTIDOS COMUNISTAS

A corajosa autocritica dos erros, a discussão dos problemas atuais da luta de classes, a busca honesta de caminhos nacionais para o socialismo, a democratização da vida partidária, o reconhecimento do papel das massas na história, o rompimento com o sectarismo e o dogmatismo renovam os partidos comunistas, fortalecem-nos, elevam sua autoridade e prestígio perante as massas. Este o grande saldo positivo dos debates que se travam no movimento comunista mundial.



OS REPRESENTANTES dos partidos comunistas estrangeiros que compareceram ao XX Congresso participaram de grandes assembleias de massa, em Moscou e outras cidades da URSS, nas quais se transmitiam ao povo as decisões do Congresso. NA FOTO: Josef Crankiewicz, delegado do Partido Operário Unificado Polonês e presidente do Conselho de Ministros da Polónia, fala em uma reunião de operários de uma fábrica na capital soviética.

UM ANO DE ÊXITOS DA ECONOMIA E DA POLÍTICA EXTERNA DA URSS

O PRIMEIRO ano decorrido após a realização do XX Congresso do PCUS foi um ano de florescimento da economia nacional da URSS.

Logo após a morte de Stálin foram adotadas medidas tendo em vista a correção de graves erros na direção da economia e, particularmente, na direção da agricultura. As Diretivas do VI Plano Quinquenal, aprovadas no XX Congresso, previam medidas de conjunto com o fim de continuar a corrigir os erros e imprimir um vigoroso impulso a todos os setores da economia e da cultura. O primeiro ano do Plano Quinquenal terminou com um balanço vitorioso, registrando um aumento de 11% na produção industrial e considerável elevação do volume das colheitas em todo o país. O cultivo de terras virgens, na Sibéria, trouxe à

sociedade soviética maior abundância de gêneros de consumo. Medidas enérgicas com o objetivo de aumentar a produção de forragem (especialmente a intensificação do cultivo do milho) possibilitaram um surto de desenvolvimento da pecuária e, consequentemente da produção de laticínios.

... A última reunião do Soviet Supremo da URSS discutiu o balanço do primeiro ano do Plano Quinquenal e adotou medidas para continuar desenvolvendo a economia, elevar a produção de bens de consumo, melhorar a assistência social à população e estimular o desenvolvimento da cultura e das artes.

A URSS E A COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

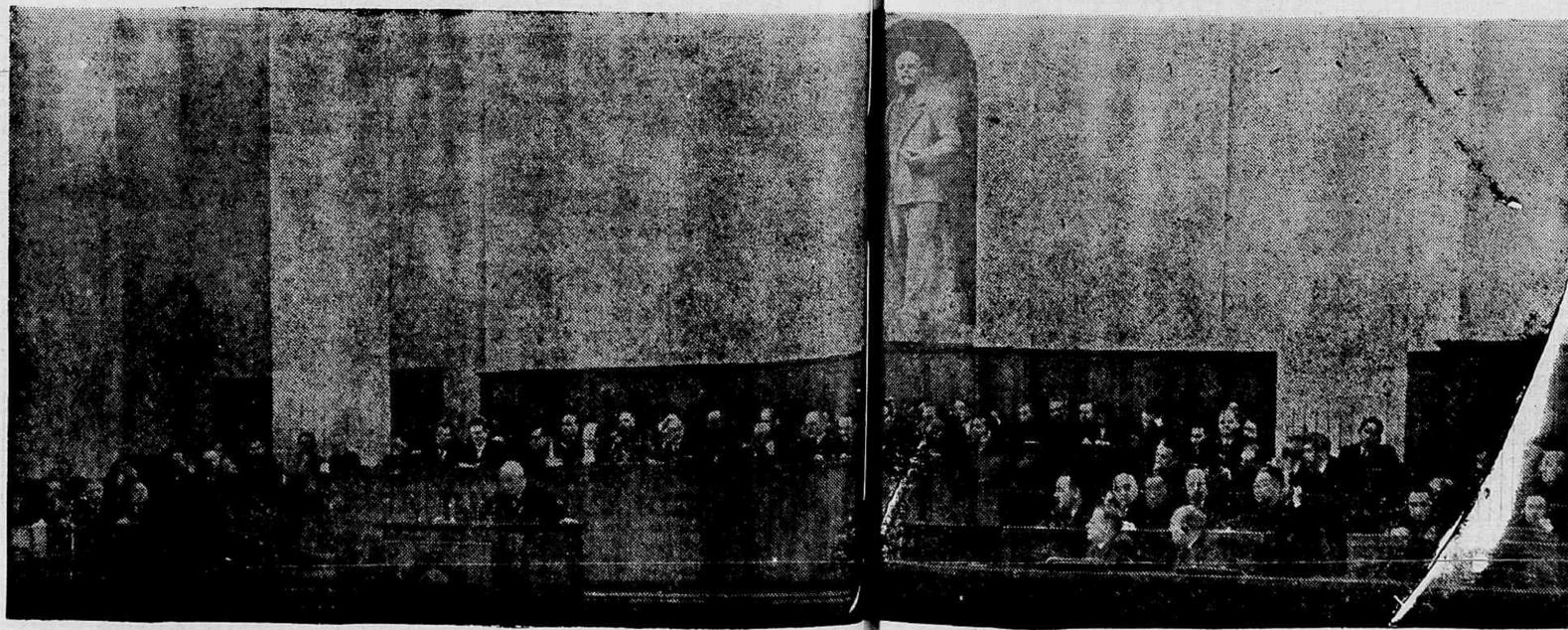
No ano que se encerra a União Soviética continuou aplicando, com êxito, sua política externa de coexistência pacífica. Reforçou a colaboração fraternal com os países de democracia popular, iniciando a correção das anomalias que se verificavam nesse terreno. Estreitou ainda mais os laços com os países da Ásia, África e norte da Europa, que defendem uma política pacífica. Tomou numerosas iniciativas pela redução dos armamentos, pela paz. Na crise de Suez, a URSS assumiu uma posição

enérgica em defesa dos interesses do povo egípcio contra a agressão colonialista franco-britânica, contribuindo decisivamente para o recuo dos agressores dos povos árabes.

NA FOTO abaixo a presidência da primeira sessão plenária do XX Congresso, no momento em que o primeiro secretário do Comitê Central, Nikita Kruschiov, apresenta o informe sobre as atividades do C.C. Aparecem, no centro, destacados dirigentes do Partido: Molotov, Mikolai, Bulgárin, Suslov, Voroshilov, Malenkov e outros. Nas tribunas laterais estão os representantes de numerosos partidos comunistas de países estrangeiros.

A POSSIBILIDADE DE EVITAR AS GUERRAS

Em nossa época — afirmou N. S. Kruschiov — as guer-



A CORREÇÃO DOS ERROS EXIGE UM LONGO ESFORÇO

É completamente evidente que, por quanto os erros de Stálin não são erros de caráter breve, não podem ser corrigidos em uma única manilha. Para isso é necessário fazer esforços durante um período relativamente longo, e indispensável um trabalho ideológico acurioso. (Do editorial do "Jemijipoo" de 29 de dezembro de 1956).

As Elocubrações do Camarada Facó

NARCEU ALMEIDA

O CAMARADA Ruf Facó escreveu no último número deste jornal um longo artigo manifestando preocupação com o que julga serem manifestações de nacionalismo burguês no debate que ora se trava. Afirma coisas conhecidas por quem quer que haja lido algum compêndio que trate de socialismo, certamente partindo, sem o citar, daquela afirmação de Lenin de que a Ideologia burguesa ocupando sempre o lugar deixado vago pela Ideologia socialista. Sobre isso já falava com propriedade o camarada Malenkov no XIX Congresso do PCUS. São verdades conhecidas. E a Ideologia burguesa não penetra apenas nas fileiras dos partidos comunistas e operários dos países que vivem sob o capitalismo. Também penetra nos países socialistas, como todo o mundo sabe e como o demonstram exemplos velhos e exemplos recentes.

Mas isto não somente não deve ser aplicado de forma mecânica, como também, a nosso ver, não deve servir para a tentativa de rotular de nacionalismo burguês quaisquer manifestações patrióticas, ou, a título de combater o nacionalismo burguês, cair no nihilismo nacional, negar ou passar por alto as tradições, o caráter, os caminhos próprios de desenvolvimento e as possibilidades de cada povo. Fazer tábua rasa do fator nacional na luta que os povos travam por sua emancipação e pelo socialismo é deixar campo livre ao inimigo imperialista. Será que os monstruosos erros e crimes cometidos na Hungria não servirão de exemplo, para aqueles que estão informados pela leitura dos jornais de diferentes países, de como se desenvolveram os acontecimentos naquela nação?

Ao camarada Facó não preocupa, ao que se deduz do seu artigo, tão essencial questão. Mecanicamente, como nos mais velhos e negregados tempos, ele soma o nacionalismo burguês às «vacilações típicas de um período de agravamento da luta de classes» e põe um carimbo (o de burguês-reformista) na Resolução do Comitê Regional do Ceará. E por que? Porque «os camaradas do Ceará consideram um erro querer levar as massas a lutar por objetivos acima de sua compreensão». Não há quem entenda alguma coisa de política que esteja contra essa afirmação do CR do Ceará. O contrário é o subjetivismo que leva às aventuras. Mas de acordo com o método de raciocínio do camarada Facó, que é o de atribuir aos outros aquilo que lhe vem ao cérebro, diz ele que o CR do Ceará, assim pensando, acha que o socialismo está acima da compreensão das massas. O camarada Facó confunde deliberadamente os objetivos imediatos com os objetivos finais, a tática com a estratégia. E parte deste seu raciocínio para atribuir ao CR do Ceará idéias liquidacionistas. Diz por sua conta, mas atribuindo

suas próprias conclusões ao CR do Ceará: «Então para que um Partido Comunista?» Se todos os participantes do debate, usassem o método do camarada Facó e fossem atribuído ao adversário eventual de suas opiniões (que é um camarada ou um organismo partidário) aquilo que achou ou quis dizer que este havia dito, sem uma análise mais profunda, o debate acabaria num jogo de disparates.

Mas o camarada Facó não se contenta com o emprego do seu método de raciocínio em cima do CR do Ceará, que deu tão boa demonstração de preocupar-se com o estudo das condições locais ao invés de repetir duas ou três sentenças de clássicos do marxismo, tiradas dos livros (coisa que, de resto, não é difícil fazer). O camarada Facó também acha que a VOZ OPERÁRIA se deixou arrastar na enxurrada de nacionalismo burguês. Fala em matérias redacionais do nosso jornal que comprovam esta sua afirmação. Mas não cita as matérias. Cita, entretanto, o número de 17 de novembro de 1956 na V. O. que, segundo ele, «se assemelha bastante a um boletim oficial do governo». Que julguem os leitores. O número a que se refere o camarada Facó consta principalmente das seguintes matérias: editorial, «Definição de uma política nacionalista», comentando o discurso do vice-presidente Goulart na homenagem ao ministro da Guerra: artigo de Jeminjipão «Sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado», por nós reeditados em virtude de o havermos publicado com mutilações e incorreções estranhas à nossa vontade; Resolução do C. R. Rio; Os interesses nacionais e os direitos dos ferroviários no Projeto da RFFSA; Conclusões do CC do PCF sobre os acontecimentos na Hungria e Polônia; e o Boletim de debates que, ao contrário do que pensa o camarada Facó (vide seu artigo de 22-XII-56 na «Voz Operária») não envolve a responsabilidade da redação. Graticamente, destacamos na primeira página as fotos relativas às comemorações do 39.º aniversário da Revolução de Outubro, em Moscou, e na 12.ª as duas homenagens dos trabalhadores ao general Teixeira Lott. Em que país, perguntamos nós, pode isso ser considerado «Boletim oficial do governo»?

Adiante o camarada Facó, de palmatória em punho, nos censura por havermos transcrito palavras (sic) do vice-presidente da República advogando «um nacionalismo que possa afirmar este país sem negar os demais» e «um entendimento compreensivo com todos

os povos», palavras estas que para Facó estão em contradição flagrante com a inatividade do governo Kubitschek-Goulart no sentido de reatar relações com a URSS e a China. Assim como o camarada Facó também achamos que ao Brasil interessa reatar relações com os dois grandes países. Tanto que durante o ano de 1956 publicamos invariavelmente matérias que foram do editorial às páginas inteiras, defendendo o reatamento. Fizemos campanha sistemática nesse sentido. Mas seria justo, porque até agora não foi vitoriosa essa reivindicação da opinião pública nacional, que deixássemos de divulgar e comentar declarações positivas como aquelas? O contrário, parece-nos, seria fechar os olhos ao que se passa em torno a nós e desinformar o público. Somos democratas e reconhecemos ao vice-presidente da República ou a quem quer que seja o direito de ter pontos de vista ou idéias que coincidam com as nossas. Não há pior espécie de sectarismo que a pretensão ao monopólio das idéias. Muitos erros temos cometido devido a essa pretensão. Esses desajudam, atrapalham a formação da frente única por que muitos se batem... de palavras. No seu Projeto de Resolução, o Comitê Central se autocriticou desse vezo sectário.

E nem somente isto quer o camarada Facó: carimbar a V. O. de nacionalismo burguês. Também carimba de reboquista. Segundo ele, mantivemos «prolongado silêncio ante atos antidemocráticos do governo como o fechamento da Frente de Novembro, ocorrido depois do fechamento da Liga da Emancipação Nacional e da revista «Problemas».

Conhecesse o camarada Facó a história do ano de omissões de 1956, em que o Partido, por falta de orientação da sua direção superior, esteve politicamente paralisado, e talvez não cometesse tal injustiça. Procure o camarada Facó ler o Projeto de Resolução do C. C., documento coletivo por que se orienta o Partido, e veja se é o jornal ou a direção superior que é criticada por sua omissão política. Protestamos a tempo contra as violações à Constituição cometidas pelo governo. Mas não podemos unicamente lançar nas costas do governo, que conta com elementos patriotas e elementos reacionários, todo o peso da responsabilidade. Temos, os comunistas, responsabilidade, e grande, nes-

ses acontecimentos. Depois de termos sido, de fato, por circunstâncias especiais, força decisiva na eleição do Presidente da República, não soubemos o que fazer. Sobrecarregamos a frente única com uma tarefa superior às suas forças, a anistia ampla, e fomos derrotados. Em seguida, deixamos ao sabor da maré a direção dos acontecimentos. Nada de concreto levamos a efeito, dentro de um grau razoável, para reforço e ampliação da frente patriótica vitoriosa a 11 de novembro. Outros assumiram o lugar que nos cabia. E o resultado foi uma guinada para a esquerda, prejudicialíssima, o programa de reivindicações avançadas da Frente de Novembro e o êxito da reação em tornar ilegal esse movimento, o que propiciou outros avanços das forças do imperialismo americano e da reação interna. Estes avanços foram até a cessão de Fernando de Noronha pelo governo Kubitschek.

O camarada Facó parece ignorar isso. E sai pela tangente das deduções subjetivistas. Acha que não demos um combate enérgico à cessão da Ilha desde a primeira hora em que se falou da possibilidade da entrega de Fernando de Noronha aos imperialistas americanos. Esta afirmação não corresponde à realidade. A não ser a natural diferença de tempo que há entre um diário e um semanário, foram simultâneas as denúncias nos jornais da imprensa popular. A luta continua nas páginas de VOZ OPERÁRIA. Mas a luta está apenas em nossa imprensa e nas manifestações parlamentares. Não existe nas manifestações populares o no seio da opinião pública, e daí a derrota. Conhece o camarada Facó o velho hábito de responsabilizar a imprensa pelos nossos revêzes políticos? Pergunto: mas será que só aos jornais cabe o papel de vanguarda? Só aos jornais cabe «puxar» as campanhas? Ou o jornal, dependendo do seu tipo e caráter, deverá também ser o portavoiz das campanhas organizadas pela vanguarda?

Parece-nos que tais coisas não preocupam na atualidade o camarada Facó. E é pena. No momento em que, com mais vigor combatemos o talmudismo, o dogmatismo, o camarada Facó sai com um artigo que é uma coleção de lugares comuns, chapas e clichês batidos. Não fosse o alheamento que o camarada Facó revela dos fatos, da vida, enfim, seria lícito esperar de sua pena de jornalista algo que contribuísse para o debate. Mas o camarada Facó não quis ou não pôde fazer assim. Preferiu outro caminho, o das acusações gratuitas, revelando com isso absoluta incompreensão do que se passa entre nós.

Continuação da 5.ª pg.
testável: muitos camaradas, dirigentes distritais e de organizações de base, antigos e abnegados comunistas que por falta de maior ajuda ou por absoluta falta de ajuda, não procuraram estudar, acompanhar os avanços do Partido nos seus diversos terrenos, ficaram estagnados. Hoje, quando damos grandes passos para o fortalecimento do Partido, tomando medidas no sentido de ligá-lo mais e mais às massas, lutando pela preservação da pureza dos princípios marxistas-leninistas, ampliando a democracia interna, se não despertarmos a atenção da massa dos militantes, trazendo-os para a compreensão do novo que há no Partido, na situação nacional e internacional, corremos o risco de ver as direções e muitos quadros darem um salto, distanciando-se das bases. E o que vem acontecendo, sempre. Devemos voltar-nos — e os debates são um meio importante para as bases do Partido, localizando também aí as personalidades e as consequências do seu culto no local.

Em seu artigo, «As massas, o indivíduo e a história», o camarada João Amazonas afirma: «Não pode quem quer que seja substituir o pensamento coletivo do Partido e a experiência coletiva das massas. Nada dá a ninguém o direito de sobrepôr-se ao Partido e às massas».

Devemos ter em mente este ensinamento porque, em verdade, acontece o contrário. Muitas de nossas resoluções não são aplicadas pelo Partido e pelas massas porque as personalidades, os bones, os curros e madu-

ros não procuram ouvir todos ou a maioria dos militantes do organismo a que pertencem, não dão atenção ao que diz a massa; não sabem o que a massa quer. Geralmente esses camaradas pensam que o Partido vive das tarefas de agitação e que agitação seja um fim, esquecendo que o Partido vive em função das massas, e toda a agitação que se faça, faz-se com o objetivo de ajudar nosso trabalho entre as massas.

Essa incompreensão é estimulada principalmente por alguns dirigentes distritais e pela omissão das direções, formando assim uma legião de personalidades locais em torno dos quais gira toda a vida do organismo.

Num bairro onde haja 10 ou 30 militantes, há, na opinião desses dirigentes distritais, um único «bom» que «faz tudo». Assim todo o C. D. passa a apoiar-se em 1 só militante; cobra sua mensalidade e tira resoluções tendo em vista um elemento apenas: a personalidade. Esse é um fenômeno mais ou menos geral. Em cada bairro há um «bom», um «dono» do Partido. Os demais no ver desse companheiro e dos dirigentes distritais, são «oportunistas» ou «nada querem». E o culto ao chamado «bom» militante.

Por que é que sempre há um chamado «bom» e a maioria é «oportunistas» ou «nada quer»? Entrando na questão do conceito que há no Partido sobre o que seja um militante ou um ativista, encontraremos a resposta.

Desligados das massas, muitos camaradas tem um conceito pequeno-burguês, profundamente idealista sobre o que seja um membro do Partido, e membro ativo

AS PERSONALIDADES...

e inativo. De passagem é preciso dizer que um inativo também é membro do Partido. Na opinião desses camaradas o bom militante é aquele que faz «todas as tarefas». É a teoria do supermilitante, falsa porque no mundo não há um militante que faça ou saiba fazer «todas as tarefas». Cada militante, pode, muito bem, fazer uma tarefa determinada dentro de um tempo determinado, levando-se em consideração diversos fatores objetivos e subjetivos.

Se um dirigente de base pretender levar todos os membros para a realização de uma tarefa, sem considerar a posição social de cada um, suas tendências, grau de educação, sua disposição compreensiva, etc., procederá de maneira idealista e ver-se-á isolado. Esse dirigente, camarada abnegado, acabará, com o tempo, perdendo a perspectiva e a confiança nos demais companheiros. Passará a realizar sozinho as tarefas sobrepondo-se ao Partido. Não estando ligado a nenhuma organização de massa, como sempre acontece, torna-se sectário, voltando-se contra tudo o que seja de massa: é anti-Cristo, contra o futebol, contra os bailes, fala mal dos umbandistas, é contra as piadas. As tarefas de sua preferência são as clandestinas, para as quais não se requer domínio da tática do Partido ou capacidade de ligação com as massas.

Por mais documentos que surjam na vida do Partido, por mais mudanças que hajam na vida, para esse dirigente «nada há de novo», «tudo está como sempre es-

tava». Por serem camaradas antigos, tornam-se as personalidades locais, em quem as direções apoiam-se, destacando mais ainda seu papel de personalidade local. Essas personalidades substituem os militantes e estes as massas. Daí a razão do porquê, ao invés de voltar-se para as massas esclarecendo-as, mobilizando-as e levando-as à luta, fica-se aguardando o pronunciamento do C. C. contra J. K., por ter entregue Fernando de Noronha aos americanos. Esquecem esses camaradas que o que decide são as massas. Nesse caso uma nota do C. C. tem o efeito de tranquilizar suas consciências, é um fim não um meio para esclarecer e educar as massas.

Por não viverem os problemas das massas, é que as organizações de base não são organismos vivos e atuantes, permitindo o surgimento do sectarismo e da burocracia, adubando o terreno para o nascimento das personalidades que, de fator de desenvolvimento, num período, passam a ser fator de entrave, no final. Com isso formamos praticistas e nunca quadros que sejam dirigentes populares das massas em seus locais de trabalho e residência.

Vejam agora quem são os «oportunistas» ou «nada querem»:

São aqueles que por uma razão ou outra recusaram-se a fazer «todas as tarefas». Entre esses companheiros e o Partido, está a personalidade que tentou levá-los a realizar essas tarefas. Eis uma questão para estudo e solução. É possível ir para

frente sem resolver esse problema?

Na categoria dos «oportunistas», encontramos aqueles que «servem» somente para dar casa para reunião; os que preocupam-se com clube de futebol ou escola de samba; o dirigente da Congregação Cristã que não quis fazer comando dentro da Igreja; o adepto de Ogum e Yemanjá que não quer fazer pixamentos mas que coletará assinaturas contra a entrega de Fernando de Noronha aos americanos; o «oportunistas» que não quer fazer tarefas, fazendo comícios nos trens; o que vai a reunião do sindicato, «subestimando» a reunião da base, onde iria ser severamente criticado, etc.

A verdade é que trabalhamos errado e falta-nos paciência. É mais fácil fazer o culto de nós mesmos do que ouvir atenta e pacientemente os outros, vendo suas incompreensões, suas dificuldades, ajudando-os.

Será que já perguntamos a todos eles, porque «nada querem»? Penetramos em seu pensamento? Sabemos quais as tarefas que podem e querem fazer e quais as que não? Não é verdade que muitos companheiros não vão às reuniões por causa das críticas violentas? Também não é verdade que nossas reuniões ainda são pouco vivas, pouco práticas, muitas vezes prolongando-se até madrugada? Não é verdade que muitos companheiros mudaram-se de um bairro para outro a fim de fugir a determinadas tarefas? Se isso é verdade, então estamos errados, precisamos modificar os métodos de trabalho e o conceito sobre os membros do Partido e sobre os ativistas. Desde que saibamos tra-

balhar bem, todos farão alguma coisa pelo Partido.

O falso conceito sobre o membro do Partido, sobre o ativo e inativo, leva-nos a cometer as maiores injustiças, das quais teremos um dia que fazer a autocritica. No bairro de 30 militantes, «promovem-se» 29 para a categoria de simpatizantes ou simplesmente riscam-se do mapa para não darem trabalho, deixando-se apenas 1, o «bom». Um militante mesmo inativo não pode ser castigado por um lápis arbitrário, ditatorial de uma personalidade. É preciso que as bases e os CC. DD. discutam seriamente esses casos de degola coletiva. Conheço o caso de uma base que tem 9 militantes. Três meses atrás todos chegaram a reunir-se, sendo que 8 deles pagaram mensalidades. Hoje, porque alguns dirigentes do C. D. por uma razão ou outra, não conseguiram reunir essa base, adotaram a solução mais fácil: a maioria do C. D. passou a dizer, baseada nas informações do único «bom» da base, que só há um companheiro, que os outros «nada querem». Mas, que é feito dos 8, demais? Os demais, mudaram de categoria: são «oportunistas» ou «nada querem».

Com esses fatos, longe estou de querer culpar as organizações de base ou os CC. DD. por essa situação. A responsabilidade é das direções, sobre o que falarei em outro artigo.

Finalmente quero fazer a seguinte pergunta: como se explica que em um bairro ou empresa onde há somente um companheiro, o Partido obtenha 100 votos, nas eleições

(Conclui na 10ª pag.)

Voz dos Leitores

FEIRA DE STO. ANASTÁCIO SÓ FUNCIONA UM DIA NA SEMANA

O sr. P. Roncador, de Santo Anastácio (S.P.), recebeu:

«Providenciando a construção de um mercado nesta cidade, a Câmara dos vereadores procurou extinguir a feira-livre existente para que o mercado tivesse melhor comércio. Evidentemente, esta medida radical prejudicou os feirantes, que procuraram entendimentos com a Câmara Municipal visando obter permissão para o funcionamento da feira durante alguns dias da semana.



Em apoio de sua reivindicação, os feirantes apresentaram aos vereadores um abaixo-assinado com 152 assinaturas, e mais a adesão da Associação Feminina local, com 73 associadas. Embora quizessem o funcionamento da feira durante três dias por semana, só conseguiram autorização para instalá-la uma vez por semana, no local de costumes.

AUMENTAR O POTENCIAL ELÉTRICO DE IMBITUBA

IMBITUBA, SC (do correspondente) — A Cia. Deas de Imbituba, pertencente ao espólio Henrique Lage, possui uma usina geradora termo-elétrica (de 600 Kw de potência) insuficiente para a necessidade local. Além disso, a usina já está precisando de sérios melhoramentos em suas caldeiras e nas suas instalações.

Em vista disso, quer-se trazer atenção da Companhia Cia. Siderúrgica Nacional).

Ocorre, entretanto, que Capivary já fornece energia para todo o sul, para Florianópolis e para o norte do Estado, e sua produção já é insuficiente para esse consumo todo.

Assim, a solução mais acertada é não sobrecarregar ainda mais o sistema de Capivary, mas sim ampliar e reformar as instalações de Imbituba, elevando sua potência para 1.500 Kw, a força necessária para o local.

O governo do Estado, que demonstra interesse em aumentar o potencial hidro-elétrico de Santa Catarina, deve impedir que se concretize o fechamento da usina de Imbituba e, ao contrário, amplá-la para que supra as necessidades locais. Acrescenta-se que por falta de energia nesta cidade, algumas indústrias de fêcula já estão tratando de mudar-se para Tubarão, o que está acarretando prejuízos ao povo.

LONDRINA CONTRA A ENTREGA DE F. DE NORONHA

DO correspondente da VOZ em Londrina (PR), recebemos:

«Realizou-se nesta cidade, recentemente, uma mesa-redonda para debater o vertiginoso crescimento do custo da vida e, também, a cessão de Fernando de Noronha aos norte-americanos. O povo foi convidado através de boletins e de propaganda no rádio, tendo comparecido 400 pessoas, além de jornalistas, radialistas e o representante do prefeito do município.

A reunião constituiu um êxito, coroando as manifestações da opinião pública contra a criminosa entrega de Fernando de Noronha. Cerca de mil assinaturas já haviam sido colhidas em um telegrama de protesto contra a cessão da Ilha, nesta cidade».

ARBITRARIEDADE DO DELEGADO

Do correspondente da VOZ em Vicente de Carvalho, Itapema (SP), recebemos:

«Uma medida arbitrária e antidemocrática foi tomada, nesta cidade, pelo subdelegado de polícia, autorizado pelo delegado de Guarujá contra o direito constitucional de expressão do pensamento. A medida constituiu em retirar da praça pública uma faixa ali colocada por patriotas, com os dizeres: "O povo brasileiro não cederá Fernando de Noronha para bases americanas!"

Com tal atitude intolerante e reacionária, o subdelegado coloca-se como defensor das pretensões colonialistas do governo norte-americano e, conseqüentemente, contra as aspirações de nosso povo.

POSTA RESTANTE

PRESIDENTE EPITÁCIO (S. P.) — Carta do sr. P. Roncador comunicando a realização de uma festa de Natal nesta cidade, com distribuição de brinquedos e concurso de bonecas vivas. Gratos.

RIBEIRÃO PRETO (S. P.) — Carta do sr. Nazareno Ciavatta sobre a origem dos homens, que deixamos de publicar por ser contrária aos princípios filosóficos e científicos de VOZ OPERÁRIA.

FAXINAL (P.R.) — Carta do sr. W. Ceolmi, de Faxinal (município de Apucarana), comunicando que será realizada naquela cidade uma concentração no dia 24 de fevereiro, para discutir as reivindicações dos lavradores. Agradecemos.



Transviários de Porto Alegre Reclamam Abono

PORTO ALEGRE (do correspondente) — Em assembléia realizada a 1º de fevereiro, o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos da capital gaúcha resolveu continuar até a vitória a luta pela conquista de um abono com o qual possam os transviários enfrentar a elevação do custo da vida, até o reajustamento (julho) dos salários. O Sindicato fez divulgar uma nota em que diz:

«Avistamo-nos com o sr. diretor da Cia. de Carris Portoalegrense, sr. Henrique Hanequim, já há algum tempo, solicitando, nesta oportunidade adiantamento de um abono, afim de que pudéssemos enfrentar o alto custo da vida, até que fosse reestruturado o nosso salário, e que é feito todos os anos a partir de 1º de julho, de acordo com os aumentos verificados no custo de vida.

«Depois de concluídas as demarches, junto ao diretor da Carris, este achou justíssimas as nossas pretensões e concluiu pelo atendimento da antecipação que era a partir de 1º de março.

«Quando tudo fazia crer que o sr. diretor já havia encontrado meio para cobrir as despesas do abono, autorizando a diretoria do Sindicato a comunicar à classe, através de uma assembléia

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:
Anual 100,00
Semestral 60,00
Trimestral 30,00
Núm. avulso 2,00
Núm. atrasado 3,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 1,00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios 4,00
Outros Estados 3,00
M. Gerais 2,50

SUCURSAS:
SAO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326.

PORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)
JOAO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.

FALECEU DEDICADO AGENTE DA VOZ

Faleceu em Santa Bárbara d'Oeste (S.P.), no dia 4 de dezembro de 1956, o dedicado agente da VOZ OPERÁRIA, Caiuby de Castro. O extinto, que foi vítima de um repentino infarto do miocárdio, deixou viúva a sra. Jadyr Guimarães de Castro e filhos menores.

Quando do seu falecimento, nosso companheiro Caiuby de Castro dedicava-se com entusiasmo à campanha pelo reequipamento da imprensa popular, à qual ele prestou os melhores serviços.

A sra. Jadyr Guimarães de Castro e aos seus filhos, VOZ OPERÁRIA apresenta as mais sinceras condolências.

AOS LEITORES, AGENTES E CORRESPONDENTES

Já se deteve alguma vez o nosso prezado leitor para ler a «VOZ DOS LEITORES» e pensar sobre a conveniência ou não de sua publicação, semanalmente, durante anos a fio? Será que vale a pena dedicar, em cada número, da VOZ, uma página inteira à publicação de cartas dos correspondentes e leitores quando se sabe que o espaço em nosso jornal é precário — e por isso mesmo precioso?

Acreditamos que nossos correspondentes e leitores estarão de acordo conosco em que a página é de grande utilidade e absolutamente necessária. E' através dela que o povo participa diretamente de nosso jornal, levanta suas reivindicações locais, denuncia os crimes e arbitrariedades dos poderosos.

Entretanto — é necessário dizê-lo claramente — o nosso serviço de correspondentes está funcionando mal e reduzindo-se continuamente. Os responsáveis pela difusão da VOZ em inúmeras grandes cidades do país descuraram-se dessa tarefa (citamos, desde logo: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Ilhéus, Campina Grande, Londrina, Goiânia, Manaus e outras).

Mais de uma vez já publicamos páginas da VOZ visando orientar o trabalho dos correspondentes e estimular a designação dos nomes nas cidades onde não havia (principalmente durante o ano passado). Novamente, voltamos a chamar a atenção de nossos agentes, correspondentes e leitores para esse problema. E' facilmente compreensível que os redatores da VOZ não podem assistir pessoalmente às campanhas, lutas e movimentos reivindicatórios que se processam permanentemente nas cidades do interior e nas capitais dos Estados. Mas esses movimentos e lutas não podem ser desconhecidos por nosso jornal, que tem a função de refleti-los em suas páginas, generalizar as experiências positivas para que possam ser aplicadas nas demais cidades. Daí, a importância política do trabalho dos correspondentes.

Alguém poderá perguntar: «Sobre que se deve escrever para a VOZ?» Quais os assuntos que interessam ao jornal?

Não há um esquema rígido de assuntos que interessam ao jornal. De uma maneira geral, porém, podemos dizer que são úteis assuntos como:

MOVIMENTOS PATRIÓTICOS — Campanhas patrióticas e nacionalistas, realizações e manifestações em defesa da soberania nacional e contra o imperialismo norte-americano. Denúncias de explorações e assaltos dos imperialistas às nossas riquezas naturais, em cada local onde se processam. Resoluções de casas legislativas e pronunciamentos de governantes em prol da independência nacional.

MOVIMENTO SINDICAL — Lutas e campanhas reivindicatórias, por aumento de salários e pela liberdade sindical. Conferências e congressos sindicais. Exploração dos operários nas fábricas, de mulheres e menores, injustiças e demissões. Manifestações de unidade entre os trabalhadores e suas entidades.

REIVINDICAÇÕES POPULARES — Luta do povo contra a carestia, a falta de transportes, de água, etc. Manifestações e realizações populares em defesa de reivindicações específicas e locais. Eleições.

LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E PAZ — Atentados contra as liberdades democráticas, contra a liberdade de imprensa, contra os direitos do cidadão. Realizações e atividades em prol das liberdades e da paz, contra medidas belicistas.

Finalizando, mais uma palavra sobre questões práticas. As cartas podem ser escritas a mão ou datilografadas, sem limite de tamanho. E' necessário que seja fornecido o maior número possível de dados para a reportagem e não importa que o correspondente não redija bem. As cartas devem ser assinadas com o nome completo do correspondente e (se possível) com o endereço; se o remetente não quiser que seu nome seja publicado no jornal, deve acrescentar também um nome pseudônimo ou apenas dizer que não devemos colocar seu nome na matéria. Não devem ser enviadas a VOZ, por não se enquadrarem no gênero de nosso jornal, colaborações tais como contos, poesias, crônicas e artigos literários — N. A.

Decisão Inabalável dos Marítimos: Aplicação Imediata do "Aditivo"!

O Sindicato dos Operários Navais ratificou, em sessão realizada nesta semana, sua decisão anterior de deflagrar a greve da corporação no próximo dia 18 de março, se até esta data a Comissão Pericial nomeada pelo sr. Kubitschek não providenciar a entrega aos marítimos da parcela de 85 por cento do aumento de fretes concedido aos armadores. Esperam-se decisões idênticas dos demais sindicatos, que têm a mesma reivindicação, e que levaria à greve total de todos os setores da Marinha Mercante paralisando

tes (ou de sua maior parte) na elevação dos salários dos marítimos seria a equiparação pela qual lutam os homens do mar.

Os marítimos intensificaram, então, a campanha pela equiparação, deflagrando uma greve no fim de 1956. Esta greve, como se sabe, teve pequena duração, sendo solucionada em uma reunião de empregados e empregadores com o Chefe do Estado-Maior da Armada, Alte. Guilhobel.

O "Térmo Aditivo"

Na citada reunião, foi assinado um termo aditivo ao acordo de março de 1956, estabelecendo que, dos 45% do aumento dos fretes, a maior parte seria entregue aos marítimos (25%) e a menor (18%) destinaria-se aos armadores. Em cumprimento do acordado na reunião, o presidente da República nomeou uma Comissão Pericial para calcular o montante (em dinheiro) dos 25% destinados aos marítimos e determinar a maneira do mesmo lhes ser entregue.

Tiveram início, então, as manobras e desonestidades do governo e dos armadores, através a Comissão Pericial.

A Comissão reuniu-se seis vezes antes de "lembrar-se" de convocar o representante dos marítimos e o do Ministério do Trabalho, passando depois a protelar indefinidamente a solução do caso. Mas e pior viria depois.

mente a solução do caso. Mas e pior viria depois.

O Grande Golpe

Após inúmeras reuniões e "prolongados estudos", a Comissão concluiu que cabe aos marítimos Cr\$ 81,14 por tonelada de carga transportada, para o que bastava dividir o montante de fretes líquidos arrecadados pela tonelagem transportada. Após essa conclusão, entretanto, a Comissão considerou sua tarefa terminada, sem determinar a entrega aos marítimos da parte que lhes cabe.

Escudando-se na atitude da Comissão, os armadores não entregaram nenhum centavo aos seus empregados e esperam que termine a duração do acordo firmado em março de 1956 (a expirar-se em 16 de março vindouro) para apresentar como fato consumado o não cumprimento da determinação legal. Lucrariam assim, sem o menor esforço, trezentos milhões de cruzeiros (que pertencem de direito aos marítimos).

Mais os marítimos estão vigilantes e dispostos a fazer valer suas prerrogativas. A Federação dos Marítimos, sua entidade máxima, já comunicou ao ministro do Trabalho a disposição da corporação de ir à greve. Realizando reuniões, debates e assembleias, os homens do mar estreitam sua unidade para vencer mais uma jornada.

Efeitos Que Surgem da Nova Elevação Dos Ágios

O Governo Federal vem de balçar, por intermédio da Superintendência da Moeda e do Crédito, medidas que determinam o aumento do teto mínimo anteriormente fixado para a licitação de câmbio. Por outras palavras, as autoridades fazendárias recorreram a uma elevação dos ágios destinada a ter profundas influências no comércio exterior do Brasil, e nos preços internos.

ALTERAÇÃO DOS ÁGIOS

O quadro abaixo estabelece as diversas taxas fixadas, agora, e as anteriormente existentes, em relação ao dólar:

Categorias	USA	
	antes Cr\$	agora Cr\$
1a.	29,00	29,00
2a.	30,00	47,00
3a.	35,00	73,00
4a.	40,00	107,00
5a.	100,00	231,00

O primeiro exame revela um aumento acentuado em relação às segunda, terceira e quarta e quinta categorias, mantendo-se inalterado o ágio mínimo para a primeira categoria. Em relação à coroa sueca e à coroa dinamarquesa que, por motivos de importância relativa, deixaremos de fixar no restante desta nota, o aumento incide apenas, respectivamente, nas categorias terceira, quarta e quinta (em relação à média mensal das licitações no mês de outubro, conforme dados

publicados na revista Conjuntura Econômica).

As licitações para a área de plena conversibilidade (área A. C. L.) e para a área de conversibilidade limitada (área A. C. L.) e para a área não conversível, em que vigoram os convênios bilaterais (todos os outros países não incluídos na área do dólar ou A. C. L.), passam tôdas a sofrer o efeito da nova tabela.

Verifica-se, entretanto, que em face da média dos ágios alcançada em outubro, para a área do dólar, o aumento dos ágios agora determinado não incide, absolutamente, sobre o comércio com os EE. UU. e os outros países da área de plena conversibilidade, de vez que o mínimo fixado é acentuadamente inferior à média alcançada em outubro, nos lances de câmbio. Compare-se, para isso, a referida média, que transcrevemos a seguir, com a segunda coluna em cruzeiros, da tabela acima: primeira categoria: 66,43; segunda categoria: 90,14; terceira categoria: 141,83; quarta categoria: 210,49; quinta categoria: 320,52.

A mesma constatação vigora para a área de conversibilidade limitada, onde a média em outubro foi a seguinte: primeira categoria: 62,62; segunda categoria: 88,15; terceira categoria: 123,28; quarta categoria: 177,98; quinta categoria: 311,68.

O COMÉRCIO BILATERAL É O ATINGIDO

De fato, o comércio mais atingido com a medida baixada pela SUMOC é o comércio na base do dólar-convênio, abrangendo 17 países, com os quais nosso país mantém acordos bilaterais, e que são os seguintes: Argentina — Austrália — Bolívia — Chile — Espanha — Finlândia — Grécia — Hungria — Israel — Jugoslávia — Japão — Noruega — Polónia — Portugal — Tchecoslováquia — Turquia e Uruguai.

Com a passagem do ágio mínimo para as novas cifras, o efeito será em alguns casos desastrosos, pois os novos tetos mínimos se alteiam substancialmente em relação às médias das licitações.

A média dos ágios para o dólar-convênio, no mês de outubro, foi a seguinte: primeira categoria — 46,79; segunda categoria — 56,92; terceira categoria — 63,83; quarta categoria — 77,05; quinta categoria — 149,53. Temos, assim, que, contrariamente ao que sucede com os países de moeda forte ou da

área de conversibilidade limitada (ACL), o aumento incide com força nas três últimas categorias. Em outras palavras, torna-se á, agora, mais cara a importação de mercadorias dos dezessete citados países. Naquelles produtos em que, devido à diferença dos ágios, os Estados com que comerciamos em bases bilaterais podiam concorrer mais facilmente com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha etc., isso se torna agora mais difícil. Em grande número de casos, serão os exportadores lanques os beneficiários.

Essa escora aos centros norte-americanos e o impulso inegável que a medida dará à carestia de alguns produtos tornam-se mais importantes quando se verifica que o comércio em bases bilaterais é importantíssimo para o Brasil e compreendeu, em outubro, cerca de 33% das licitações gerais, em nível superior ao dólar-americano e ao dólar-ACL.

O OUTRO LADO DA MEDIDA

Mas, por outro lado, a medida tem, também, alguns aspectos positivos. Em vista da diferença — muito acentuada dos ágios para o dólar-convênio, relativamente aos dólares americanos e ACL, alguns países poderiam, artificialmente, elevar o preço de certas mercadorias porque, ainda assim, permaneciam elas em condições vantajosas na concorrência. Agora, para manter-se vantajosamente no mercado, esses centros exportadores terão que rebaixar um tanto os seus preços de oferta. Por outro lado, a medida incide principalmente nos produtos das categorias que compreendem artigos menos essenciais (embora também eles se encontram nelas).

Outro lado favorável da medida é evitar as operações triangulares de que se beneficiavam, em detrimento de nossos interesses, diversos países, entre os quais a Espanha. Finalmente, os novos ágios poderão aumentar (e aumentarão necessariamente) a quantidade de dinheiro disponível em mãos do governo, saldos esses que poderão cobrir parcialmente o deficit orçamentário.

Verifica-se, assim, que diferentemente do que pode parecer de uma observação unilateral da medida, ela não pode ser classificada como voltada, com exclusividade, para o reforço da posição norte-americana (que pode ser contrabalançada, em muitos casos, por medidas baixadas dos interessados) nem exclusivamente de carestia (pois em certo grau permite utilizar os saldos em sentido anti-inflacionário). Tem aspectos diversos, de efeito dessemelhante. As suas consequências só poderão ser balanceadas em definitivo, na prova da prática, e na dependência de outras medidas econômicas ou financeiras que venha a tomar o governo, entre as quais as de reforço das trocas com os países Socialistas, a América Latina e o Oriente Médio, para evitar acentuação de distorção do nosso comércio com a área do dólar.

Luta Pela Equiparação

O atual movimento dos marítimos de empresas particulares vem de longa data e prende-se à luta pela equiparação de seus salários ao nível dos vencimentos dos autárquicos (marítimos do Lóide e da Costeira). A diferença entre os salários de uns e de outros é tão grande, que um moço de bordo do Lóide e da Costeira ganha tanto quanto um comandante das empresas particulares. Contra essa injustiça flagrante, pois todos fazem o mesmo trabalho e enfrentam a mesma carestia da vida, iniciaram os marítimos a longa campanha pela equiparação.

No início do ano passado, os armadores solicitaram ao governo um aumento de 18 por cento nos fretes, com o qual pagariam a elevação de salários reivindicada pelos marítimos. O governo concedeu o aumento (médio) de 45% nos fretes, enquanto os marítimos tiveram um aumento variável de cerca de 82% sobre seus anteriores salários.

Relação Entre Fretes e Salários

No entanto, ocorre que a relação total entre fretes e salários era, na época, de dez para um (10 a 1). Isto é, se os fretes foram aumentados em 45 por cento (e se destinassem exclusivamente ao aumento de salários), os salários deveriam ser de 450 (quatrocentos e trinta) por cento. Por outras palavras, a aplicação do aumento dos fretes

AS PERSONALIDADES...

(Continuação de 8.º pag.)

ões? Sabemos que o P. C. da Itália é forte e que por cada membro consegue mais um voto nas eleições, isto é, um cada dois votos há um membro do Partido. Que teoria é essa, então, do Partido tendo 100 votos num lugar, tenha apenas um membro, um bom membro? Não estará algo errado? Esse um membro de Partido, não será uma personalidade que está impedindo que uns 50 dos que votaram conosco, ingressem em nossas fileiras?

Sou de opinião que o conceito que fazemos sobre o que seja um membro do Partido e sobre o que seja um ativista, em nosso país, onde atuamos na ilegalidade, é um conceito idealista que baseia-se na análise subjetiva da realidade brasileira.

Estão errados aqueles que avallam a força ou a existência de um partido, pelos desejos de suas personalidades e pelo que elas dizem, pela disponibilidade financeira de seus membros, pelas reuniões que realiza.

E' o que vemos.
Rio, 4-2-57.

SERVIDORES PÚBLICOS LANÇAM NOVA BATALHA PELA CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

O funcionalismo público do país está se preparando para lançar uma grande campanha, de âmbito nacional, contra o projeto de reclassificação de cargos e funções elaborado pelo DASP e enviado à Câmara dos Deputados, acompanhado dos anexos. Os dirigentes das principais entidades dos servidores civis consideram o projeto cheio de falhas, injustiças e omissões, e iniciam a unificação dos seus esforços para conseguir o arquivamento do mesmo e a aprovação de um substitutivo preparado por eles próprios.

LUTA QUE VEM DE LONGE

A reclassificação dos cargos e funções da administração pública é uma velha reivindicação dos servidores civis, destinada a reorganizar e enquadrar todos os funcionários e, assim, contribuir para acabar com o regime do "pistolão", do "filhotismo" e do protecionismo.

Anteriormente, a UNSP (União Nacional dos Servidores Públicos) havia encaminhado ao parlamento um substitutivo nesse sentido. Entretanto, em março de 1956 o DASP conseguiu o adiamento da questão, sendo votado um aumento geral para o funcionalismo. A mesma lei do aumento estabelecia um prazo de 180 dias para que o Executivo apresentasse ao Congresso o projeto de reclassificação. Nesse interim, o governo tentou, através o líder Vieira de Melo, o adiamento da questão por mais dois anos, tentativa que foi derrotada pela pronta mobilização dos servidores.

RAZÕES DOS FUNCIONÁRIOS

Falando a imprensa sobre o projeto do DASP, o presidente da UNSP apontou, após um primeiro exame, as seguintes falhas:

a) Cerca de 70% do funcionalismo perde de 7.000 cruzeiros para baixo, e o projeto, não obstante o encarecimento contínuo da vida, lhes impingirá um vencimento de Cr\$ 8.600,00, o máximo, pelo prazo de 20 anos, sendo que, para os que percebem Cr\$ 3.800,00 atualmente, o aumento, ao fim desses 20 anos, fixará seus vencimentos em Cr\$ 5.000,00, mínimo que já percebe o funcionalismo da Prefeitura de São Paulo;

b) Em muitos casos são reduzidos os atuais vencimentos básicos, sendo que os atingidos receberiam por fora a diferença. Exemplificando: um funcionário que percebe Cr\$ 10.000,00 e que pelo projeto for enquadrado num nível de remuneração de Cr\$ 8.000,00 receberia os Cr\$ 2.000,00 de diferença à parte. Isso atingiria o funcionalismo no que diz respeito a consignação de vencimentos para transações com o IPASE, com a Caixa Econômica e aquisição de imóveis

para residência, para cálculo de pensão e dependentes, etc.;

c) As atuais séries e carreiras serão estagnadas, ficando o funcionalismo estritamente dependente de irrisórios aumentos trienais. Exemplo: a carreira de oficial administrativo, que hoje vai de H a O, com 8 oportunidades de promoção e melhoria, ficará restrita a apenas duas;

d) Somente 180 dias depois do projeto, se aprovado, entrar em vigor, como quer o DASP, é que dezenas de milhares de servidores serão enquadrados. E' o caso dos artífices, que existem aos milhares nas fábricas militares;

e) O projeto do DASP corta, pura e simplesmente, qualquer chance dos servidores das chamadas verbas globais (antigas 3 e 4) de serem reconhecidas suas reivindicações fundamentais, entre elas, a efetivação nos quadros do Serviço Público, pelo menos para os que já apresentam mais de 5 anos de trabalho. O número de servidores admitidos e pagos pelas verbas globais atinge a cerca de 100.000 e constitui, em certos casos, maioria nas repartições, como é o caso do Departamento Nacional de Endemias Rurais;

f) O projeto prevê o congelamento dos vencimentos do funcionalismo inteiro pelo prazo de dois anos;

g) Considera a UNSP que as razões de ordem financeira alegadas pelo DASP não justificam a imposição unilateral de grandes e prolongados sacrifícios para quase todo o funcionalismo, quando os militares, por exemplo, pela lei que lhes garante promoções por tempo e merecimento e o Código de Vantagens das classes armadas já coloca o funcionalismo civil em grande situação de inferioridade.

UNIDADE DO FUNCIONALISMO

Para mobilizar e unir todos os servidores públicos do país na grande campanha que se anuncia, as entidades do funcionalismo já estão realizando reuniões, assembleias e conferências dos diferentes grupos de funcionários. Essas realizações vão num crescendo, para que sejam coordenadas e unificadas.

Por outro lado, intenso trabalho será feito junto aos parlamentares, aos quais será entregue o projeto elaborado pelos servidores.

Para levar a batalha à vitória, os funcionários civis compreendem que é imprescindível que tôdas as suas organizações (nacionais, estaduais, municipais, locais e de setores específicos) participem unidas na luta, ombro a ombro.

Milhares de Trabalhadores Passam Fome nos Carnaubais Nordestinos

SALÁRIOS DE QUINZE A TRINTA CRUZEIROS POR DEZ OU DOZE HORAS DE TRABALHO ★ POR FALTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA, E POR DIVERSOS OUTROS FATORES, VEM CAINDO BRUSCAMENTE, DE ANO PARA ANO, A PRODUÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA ★ EMPRESAS NORTE-AMERICANAS EXPLORAM OS PROPRIETÁRIOS DOS CARNAUBAIS

QUINZE a trinta cruzeiros por dia de 10 a 12 horas de trabalho, é quanto ganham os trabalhadores dos carnaubais nordestinos. A carnaúba só lhes dá serviço para três meses durante o ano e, nos restantes nove meses, ainda mais se agrava sua miséria. A exploração nos carnaubais atinge até os proprietários das plantações da palmeira, que em geral se encontram acorrentados às empresas norte-americanas (particularmente a Companhia Johnson) proprietária das máquinas de beneficiamento e monopolistas do comércio.

A ZONA DA CARNAÚBA

A carnaúba existe na região nordeste do Brasil, principalmente. Sua cultura estende-se do Maranhão à Bahia. Atualmente, o principal produtor é o Ceará, seguindo-se o Piauí. O domínio ianque do mercado externo, a falta de assistência técnica e financeira, as dificuldades decorrentes do clima e as pragas vem fazendo com que a produção da cera de carnaúba diminua de ano para ano. Segundo as estatísticas oficiais, o Brasil produziu, em 1955, 5.606 toneladas, menos da metade da produção de 1948, que foi de 11.370 toneladas. Eis a produção dos últimos anos: 1948 — 11.370; 1950 — 10.625; 1951 — 11.312; 1952 — 10.490; 1953 — 7.686; 1954 — 6.248; 1955 — 5.606. Como se vê a queda é quase contínua. Em 1948, o Piauí era o principal produtor, com 5.756 toneladas, seguindo-se o Ceará, com 3.484. Em 1955 a situação havia-se invertido, ocupando o Ceará o primeiro lugar, com 2.140 toneladas, e o Piauí o segundo, com 1.380.

CULTURA PRIMITIVA

Além de fontes de pó, que se transforma em cera, a palha da carnaúba é utilizada para o fabrico de objetos de uso, que os camponeses vendem nas feiras. Para esse fim a palha deve ser raspada, o que se faz por processos primitivos e trabalhosos, além de prejudiciais à saúde. Aliás, o primitivismo domina, na cultura da carnaúba, na qual não são empregados quaisquer métodos modernos. As máquinas só intervêm depois da colheita, na raspagem da palha para a produção do pó. Em geral os proprietários dos carnaubais não são donos das máquinas, que pertencem a empresas comerciais, principalmente norte-americanas. Cada máquina ocupa 6 pessoas, produzindo 100 quilos de pó em cada 12 horas. Para a produção de 100 quilos de pó são gastas 50 mil palhas, cuja colheita exige um dia inteiro de trabalho de 12 homens. As empresas proprietárias das máquinas cobram preços elevados pelo trabalho das mesmas. Algumas cobram 15% da produção. Outras exigem pagamento em dinheiro, pelo volume de palha beneficiada. Estas firmas monopolizam as compras para a exportação e exercem controle sobre os preços. A principal delas é a Cia. Johnson, norte-americana.

MISÉRIA DOS TRABALHADORES

Milhares de trabalhadores são ocupados nos carnaubais. Vivem na miséria. Os que trabalham na lavoura (colhe-

dores de palha) ganham salários de Cr\$ 15,00 a Cr\$ 25,00 por uma jornada de 10 horas ou mais. Os que se ocupam da extração do pó ganham Cr\$ 30,00 por 12 horas de trabalho. A carnaúba só lhes ocupa três meses por ano. Alimentam-se muito pouco e a pouca alimentação que consomem é de má qualidade. Moram em palhoças de chão batido e vivem andrajosos ou semi-nús.

Os patrões não lhes reconhecem quaisquer direitos, a começar pelo direito ao salário-mínimo. Nunca tiveram aplicação, nos carnaubais, direitos legais como férias, repouso remunerado, aviso prévio, indenização, etc. Os menores e as mulheres são duramente explorados, ganhando ainda menos que os homens, embora fazendo trabalho igual.

Os trabalhadores dos carnaubais encontrarão, certamente, o caminho da luta por seus direitos e saberão organizar-se para travar essa luta. (NAS FOTOS: ao alto, palhoça em que reside um trabalhador da carnaúba; em baixo, aspecto de um carnaubal.)



Norte do Paraná: Miséria e Doenças nas Fazendas

OS COLONOS de café do norte do Paraná atravessam uma grave situação. Suas dificuldades cresceram após o término (em setembro último) do ano agrícola de 1955-1956. É verdade que certas fazendas, como a "Pau d'Alho", em Londrina, a "Itaúna", em Bela Vista do Paraíso, e outras (poucas) estão pagando um preço mais elevado por mil pés: pagam de cinco a seis mil cruzeiros. Na maioria, porém, continuam a vigorar os mesmos preços do ano anterior, embora haja algumas que concederam pequenos aumentos, os quais em nada ou quase nada alteraram a situação de miséria por que passam os colonos.

VIOLENCIAS

Além das dificuldades econômicas, os colonos passaram a ser alvo de violências e arbitrariedades dos latifundiários. Essas medidas injustas recrudesceram a partir de setembro, quando os fazendeiros começaram a exercer pressão para obterem a aceitação dos colonos a contratos leoninos. As arbitrariedades referidas incluem desde os despejos sumários dos colonos e diaristas até a retenção ilegal dos salários e mesadas, a pretensão de "pagamento de dívidas". Muitos trabalhadores são alvos de violência física.

Na fazenda São Manuel (município de Jaguapirã), por exemplo, o colono Benedito Pereira de Campos teve a cabeça fraturada por um fiscal e seus capangas. Outro colono, Manuel Caetano da Silva, foi esfaqueado por um sargento da polícia, em Iguaçu. Em Florianópolis, o colono Benedito Albino de Lemos foi ferido a tiros pelo fiscal da Fazenda Saltinho, sr. Francisco Murilo Espinhal, sem que o proprietário da fazenda tomasse qualquer providência para punir o criminoso ou cessar suas violências. São numerosos, também, os despejos violentos, como o do colono João Franco de Sousa, da Fazenda São João, no mesmo município.

ATRASO DE PAGAMENTOS

Do lado desses atentados frequentemente se verificam atrasos nos pagamentos das mesadas do corrente ano agrícola, o que obrigou muitos colonos a se comprometerem com o trato do café unicamente pelo "desfruto" dos cereais, sem direito a qualquer remuneração em dinheiro.

Essa situação resultou em fome e miséria, que atingem vastas áreas às vezes municípios inteiros, como São Sebastião do Guaraci. Neste município, quase todas as fazendas, além de pagarem mesadas baixas e proibirem a plantação de cereais nas ruas do cafezal, atrasam o pagamento, não adiantam um centavo ao colono, nem mesmo em caso de doença e ainda ameaçam com prisão os colonos mais esclarecidos que se revoltam contra a exploração de que são vítimas. Na Fazenda Martinica os colonos passam a mais negra miséria. Nesta fazenda sete famílias foram despejadas. Seus chefes, nada recebendo, foram obrigados a procurar trabalho como "volantes", a muitos quilômetros de distância.

DOENÇAS E FOME

Naquela fazenda os que trabalham recebem mesadas muito pequenas, que não bastam para o sustento das famílias. Estas comem quinze dias por mês e passam fome nos outros quinze dias. Em virtude do atraso do pagamento, muitas famílias passaram a comer milho socado sem gordura. A situação se agravou com a irrupção de uma epidemia de varíola. O administrador mandou cortar as melancias e mamões da fazenda e cercou o pomar, cujos frutos são proibidos aos trabalhadores.

Esta situação, com poucas variações, se repete em diversos municípios. É grande a revolta dos colonos e diaristas ante a exploração que estão sofrendo.



FINANCIAMENTO A LAVRADORES

O GOVERNADOR de São Paulo sancionou projeto de lei da Assembléia Legislativa do Estado (deputado Cid Franco) determinando a aplicação de depósitos feitos na Caixa Econômica para financiamento da aquisição de pequenas propriedades rurais. O projeto de lei estabelece as condições em que seria concedido o financiamento, em número de oito, quatro das quais (relativas à área da propriedade a ser adquirida e a outros aspectos) foram vetadas. O financiamento só poderá ser concedido uma vez a cada lavrador, sob garantia hipotecária do imóvel adquirido, que não poderá ser utilizado senão para fins agropecuários. A lei beneficia inclusive os parceiros, arrendatários e assalariados agrícolas que tenham trabalhado nos últimos cinco anos na agricultura ou pecuária. O projeto de lei apresentado pelo deputado Cid Franco encontrou acolhida favorável na Assembléia e teve andamento rápido (foi apresentado em setembro do ano findo) demonstrando que há possibilidades para o êxito de iniciativas como esta, que beneficiem os camponeses.

ARTICULAM A LUTA CONTRA O PROJETO DO TRABALHO RURAL

OS REPRESENTANTES dos latifundiários no Congresso, que se agrupam, ao lado de outros deputados ligados às atividades rurais, no chamado Bloco Ruralista, estão articulando, de comum acordo com dirigentes da Confederação Rural Brasileira, os meios de combater o projeto (nº 1938-A) que estende ao campo os benefícios da legislação social e de previdência. Em ampla reunião, realizada sob o patrocínio da CRB, os dirigentes desta e aqueles deputados resolveram lutar para introduzir, no projeto, modificações radicais, que lhe desvirtuam o caráter e as finalidades, dele retirando aquilo que tem de mais importante — isto é, a garantia, aos trabalhadores rurais, de direitos essenciais como o salário-mínimo, a carteira profissional, a previdência, etc.

Alegam os representantes dos latifundiários que os assalariados do campo "não estão em condições de receber aqueles benefícios" e que a extensão a eles de tais benefícios "desorganizaria a produção", provocaria o "caos" e "arruinaria os produtores agrícolas". Atualmente o projeto ainda se encontra nas comissões, devendo descer a plenário. Ali, então, será objeto de emendas dos latifundiários. A CRB estuda as principais emendas a serem introduzidas.

Vai-se tornando claro, pois, o perigo que corre o projeto, em sua forma atual, que assegura, apesar de certos aspectos negativos, conquistas essenciais dos trabalhadores agrícolas. Se estes e suas organizações não organizarem a defesa de seus interesses, é evidente que poderão sofrer uma séria derrota. Os latifundiários já mostraram que não estão dormindo, que estão dispostos a defender seus privilégios e a manter a exploração de milhares de homens e mulheres no campo.

Não Ceder Mais Posições ao Imperialismo

APESAR DAS RESISTÊNCIAS DENTRO DE SEU PRÓPRIO GOVERNO, O SR. JUSCELINO KUBITSCHKEK ENTRA NO CAMINHO DA CAPITULAÇÃO AS EXIGÊNCIAS NORTE-AMERICANAS — BASES MILITARES, MINERAIS ATÔMICOS E PETRÓLEO SOB O ALVO DA COBIÇA IANQUE — PRESSÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DE WASHINGTON SOBRE A ATUAL ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

Bases militares, minerais atômicos, petróleo, materiais estratégicos — tudo isso combinado com exigências políticas no sentido da repressão ao movimento patriótico — são reivindicações agora colocadas pelos governantes norte-americanos diante do atual governo do Brasil.

Estas exigências não são de hoje. Elas começaram a ser postas na mesa antes mesmo da posse do sr. Juscelino Kubitschek, precisamente quando da viagem do candidato eleito aos Estados Unidos, em fins de 1955. O jornalista Murilo Marroquin, que acompanhou Kubitschek nesta viagem, deixou bem claro, nos artigos que então escreveu para «O Jornal», quais os temas centrais introduzidos pelos governantes e círculos financeiros norte-americanos nas conversações que mantiveram com o presidente eleito do Brasil.

O CARÁTER DO GOVERNO KUBITSCHKEK

Mas, nos governos anteriores os imperialistas norte-americanos encontravam quase sempre uma inexpressiva resistência (quando a encontravam) às suas pressões em nosso país. Conseguiam sempre tudo o que desejavam, quando suas reivindicações não eram perturbadas por poderosos movimentos de opinião, como sucedeu no caso do petróleo.

A situação sofreu modificações embora pequenas modificações, com a posse do governo Kubitschek. Tratava-se, ali, de um governo que se elegeu e empossou em choque aberto, violento mesmo, com os setores políticos mais servís às ordens do Departamento de Estado norte-americano. Isto não podia deixar de determinar — como de fato determinou — um fortalecimento, na vida política do país, das correntes que defendem uma orientação nacionalista e de independência nacional, correntes que se fizeram representadas dentro do próprio governo.

EXIGÊNCIAS CRESCENTES

Foi levando este fato na devida conta que os dirigentes norte-americanos adotaram certas «nuances» em sua política em relação ao Brasil, combinando as exigências ao novo governo com insinuações de represálias econômicas e políticas e com tentativas de envolvimento.

A imprensa norte-americana refletiu, de certo modo, esta orientação. Pouco antes da posse do sr. Kubitschek, o «The New York Times» afirmava que o novo governo do Brasil podia contar «com a amizade» dos Estados Unidos e deveria ser considerado «um governo constitucional». Mas, acrescentava, os EE.UU. esperavam que a nova administração promovesse com os comunistas... Não faz muito, o mesmo «The New York Times» completava seu pensamento, escrevendo que se esperava, nos Estados Unidos, fosse definitivamente extirpado no Brasil o «cancro» do comunismo... e do «nacionalismo». Como se vê, neste ano de governo do sr. Kubitschek, as exigências norte-americanas foram-se tornando mais abertas, à medida que iam, os imperialistas, obtendo algumas concessões. Politicamente, tais exigências foram desde as discriminações iniciais contra os comunistas (o que se revelou na atitude governamental diante dos projetos de anistia) até a pressão, agora já aberta, contra os setores do próprio governo que procuram um caminho de independência nacional.

São sintomáticas, a respeito, as intrigas do mesmo «The New York Times» contra o general Teixeira Lott, quando das discussões, em sua fase final, do acordo de cessação de Fernando Noronha para instalação de uma base norte-americana de telegrafia.

PROMESSAS DE «AJUDA» FINANCEIRA

Dois foram os principais métodos utilizados pelos governantes norte-americanos para impedir que o atual governo tomasse uma orientação nacionalista e independente, orientação defendida por setores ponderáveis da própria administração e reclamada por um crescente e poderoso movimento de opinião.

Um desses métodos foram as promessas de financiamento e «ajuda» financeira. Aproveitando-se das dificuldades econômicas sérias que teve de enfrentar e ainda enfrenta a atual administração, o governo norte-americano procurou contrabalançar as influências dos grupos nacionalistas, atendendo a algumas das solicitações de empréstimos, pelo Brasil, junto a organismos

financeiros dos Estados Unidos.

Desde os fins do governo Vargas estavam praticamente suspensos os planos de financiamentos norte-americanos a vários projetos governamentais brasileiros. (Depois que obteve a aprovação do acordo militar Brasil-Estados Unidos, o governo norte-americano «desinteressou-se» desses projetos). Já neste primeiro ano de governo do sr. Kubitschek, apesar da reconhecida desconfiança do imperialismo yanque diante da ampla frente de forças políticas que o elegeu e empossou, os créditos norte-americanos ao Brasil ascenderam a mais de 352 milhões de dólares. Em discurso na Escola Superior de Guerra, o presidente Kubitschek revelou que há «promessas» norte-americanas de elevar tais financiamentos, em curto prazo, até um bilhão de dólares.

A quantia é modesta, levando-se em conta os créditos concedidos pelos EE.UU. a outros países (e deve-se notar que, em sua maior parte, não passa ainda, esta quantia, de simples promessas). Mas estes empréstimos e promessas de financiamentos constituem o principal «argumento» dos setores entreguistas do governo para advogarem uma política de submissão às reivindicações norte-americanas.

INSINUAÇÕES DA IMPRENSA DE WALL STREET

É verdade que, tendo alcançado alguns objetivos — como, por exemplo, a cessação de Fernando de Noronha, que engaja o Brasil na política norte-americana de retorno à guerra fria — os governantes dos EE.UU. voltam a ameaçar com a



penção dos créditos prometidos, caso não se cumpram suas novas exigências. O «Financial Times» de 24 do mês passado escrevia, por exemplo, que «o Brasil não tem o direito de queixar-se se durante algum tempo é tratado menos generosamente do que outros países». Isto era escrito, precisamente, quando se falava que o governo brasileiro, após a conclusão do acordo sobre Fernando de Noronha, iria pleitear novos créditos junto ao governo dos Estados Unidos.

MANIPULAÇÃO DO GOLPISMO

Mas não somente a pressão econômica é utilizada pelos círculos dirigentes norte-americanos para levar vários setores do atual governo à capitulação. Foi utilizada, também, a pressão política, particularmente através do estímulo às atividades subversivas internas do bando golpista. Não é por acaso que o momento de recrudescimento dessas atividades coincidiu com a adoção, pelo governo, de algumas medidas que chegaram a golpear pretensões norte-americanas em nosso país (a nova polí-

tica atômica, um apoio firme e aberto à Petrobrás). Ao contrário, no momento das maiores capitulações do governo JK aos Estados Unidos — é o caso do acordo sobre Fernando de Noronha — viram-se chefes golpistas como Pena Boto e Eduardo Gomes abandonar seus parceiros mais desesperados, que tentavam manifestações de hostilidade, na marinha, contra o presidente da República.

A pressão política norte-americana sobre o atual governo, particularmente a partir da agressão anglo-franco-israelense ao Egito e da contrarrevolução na Hungria intensificou-se com a chantagem da «guerra à vista». Com esta mistificação é que se procura transformar em medidas práticas de ocupação de nosso território por tropas yanques o famigerado acordo militar Brasil-Estados Unidos.

Depois de Fernando de Noronha, o Departamento de Estado norte-americano está pleiteando uma rede de novas bases em nosso território, incluindo várias ilhas (Rocas, Trindade), a fora o litoral nordestino, de Alagoas até o Rio Grande do Norte.

A tendência atual do governo é a de capitular, como já capitulou em relação a Fernando de Noronha. É necessário dizer, entretanto, que dentro do próprio governo — sem falar nos partidos que o apoiam — tem havido resistências, às vezes tenazes, a esta posição capitulacionista. As conversações sobre Fernando de Noronha, por exemplo, arrastaram-se desde julho do ano passado até fins de janeiro do corrente ano. O Estado Maior do Exército foi contrário às pretensões iniciais dos norte-americanos e o acordo finalmente firmado, se bem da maior gravidade para a soberania nacional e mesmo para a vida de nosso povo, não foi bem aquilo que os americanos desejavam. Não

Em sua reunião de 30 de agosto de 1956 o Conselho de Segurança Nacional traçou as diretrizes de uma nova política atômica que recebeu o imediato apoio da consciência patriótica da nação. Essas diretrizes estão sendo agora violadas com o estabelecimento de acordos secretos com os EE.UU.

obstante, o termo de «conclinação» a que se chegou abriu caminho a novas exigências yanques, fortalecendo ao mesmo tempo, dentro do governo, a tendência capitulacionista e entreguista.

MINERAIS ATÔMICOS E PETRÓLEO

Já agora, ao lado de bases militares, o governo norte-americano reclama novos acordos colonialistas sobre minerais atômicos e fórmulas hábeis que permitam a participação dos trustes na exploração de nosso petróleo.

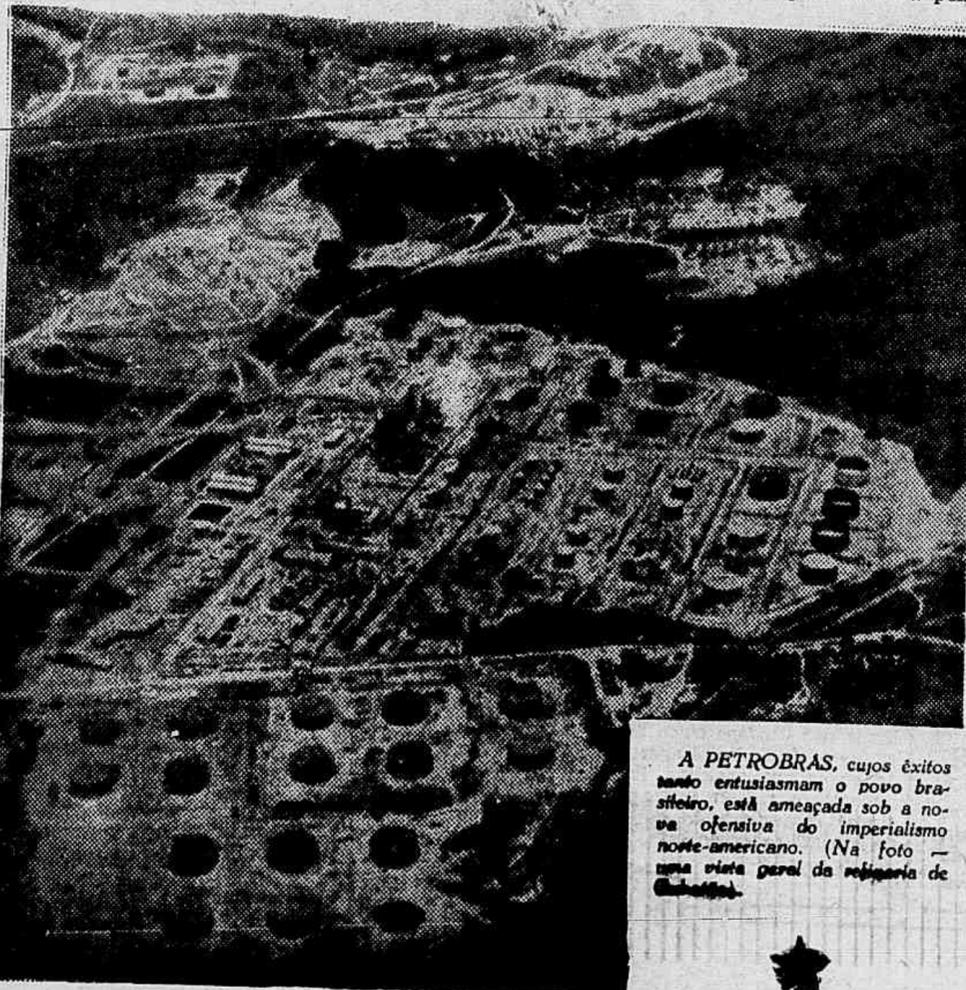
Os acordos atômicos — segundo revelação do sr. Amaral Peixoto — já se encontram mesmo concluídos e seguirão em sua bagagem, quando retorne aos Estados Unidos, para serem assinados. São acordos até agora sigilosos, negociados à revelia dos órgãos competentes e do Congresso, o que contraria frontalmente a orientação traçada sobre política atômica pelo Conselho de Segurança Nacional, em sua reunião de 30 de agosto do ano passado.

Quanto ao petróleo corre, nos próprios círculos governamentais, que se pretende buscar uma fórmula de «coexistência» entre a Petrobrás e as empresas particulares (os trustes). Esta seria, segundo publicações norte-americanas, o financiamento da empresa estatal por empresas particulares estrangeiras, as quais seriam amortizadas com o recebimento de ações que lhes dariam o direito de participar da direção e dos trabalhos da Petrobrás.

NÃO CEDER MAIS POSIÇÕES!

Tudo isto revela a seriedade no momento que atravessamos, quando os setores mais reacionários e entreguistas do governo o lançam no caminho da capitulação ao imperialismo norte-americano. Justamente para prosseguirem neste caminho, os entreguistas procuram afastar das posições que têm na atual administração os elementos e correntes nacionalistas, que resistem, em maior ou menor grau, conforme o apelo que encontrem do movimento de opinião organizado, às pressões dos governantes e magnatas dos Estados Unidos.

Assim, neste momento, as forças democráticas, patrióticas e nacionalistas têm o dever de se unirem, dentro e fora do governo, a fim de paralisarem, em definitivo, o capitulacionismo do sr. Kubitschek e derrotarem os setores entreguistas e reacionários que atuam dentro da atual administração. Não ceder mais posições ao imperialismo — eis o objetivo e a base para o termo dos quais se podem congregam estas forças.



A PETROBRAS, cujos êxitos tanto entusiasma o povo brasileiro, está ameaçada sob a nova ofensiva do imperialismo norte-americano. (Na foto — uma vista geral da refinaria de Cubatão).